



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 013

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Cláudio Romanelli

Líder da Oposição Valdir Rossoni

PMDB Waldyr Pugliesi

PSDB Luiz Nishimori

PFL Plauto Miró

PT Elton Welter

PP Duílio Genari

PDT Luiz Carlos Martins

PTB Fábio Camargo

Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel

Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 013

12ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Telegramas 03

Ofícios..... 03

Indicações 03

Proposta de Emenda Constitucional 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Grande Expediente:

Dep. Eliane Boldrini 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Waldir Pugliesi 18

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno..... 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 21

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli ... 23

Liderança da Oposição

Dep. Augustinho Zucchi 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão / Votação:

3ª Discussão 27

2ª Discussão 27

1ª Discussão 27

Requerimentos 29

Encerramento da Sessão 29

Transcrições..... 29

DIÁRIO Nº 013

12ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

19 DE MARÇO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Alexandre Curi e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano,

Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldir Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Plauto Miró e Reni Pereira (10).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Mamede (03)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Telegramas***

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000069/MS/SE/FNS - valor de R\$ 29.235,28 - pagamento de ações judiciais de medicamentos.
- Nº 000070/MS/SE/FNS - valor de R\$ 116.600,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.
- Nº 000071/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.117.095,54 - pagamento de gestão plena de sistema estadual (NOAS).
- Nº 000072/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.076,18 - pagamento de FAEC AIH - Queimados.
- Nº 000073/MS/SE/FNS - valor de R\$ 254.752,56 - pagamento de FAEC AIH - Neurocirurgia.
- Nº 000074/MS/SE/FNS - valor de R\$ 95.415,10 - pagamento de FAEC AIH - Gastroplastia.
- Nº 000075/MS/SE/FNS - valor de R\$ 38.254,18 - pagamento de FAEC AIH - Central Nacional de Regulação - CNRAC.
- Nº 000076/MS/SE/FNS - valor de R\$ 193.348,56 - pagamento de FAEC AIH - Angioplastia Endovascular.

Ao Conhecimento da Casa.

Ofícios**OFÍCIO Nº 52/07**

Curitiba, 19 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa., para justificar minha ausência das Sessões Plenárias do dia de hoje (19/03/07) até próxima quinta-feira (22/03/07), por estar fazendo tratamento específico de uma bactéria adquirida em função de intervenção cirúrgica, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos naquelas datas.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 15 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Geraldo Cartário Ribeiro, Deputado Estadual, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº 382.970-7, vem à presença de V. Exa., com fundamento no Regi-

mento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, para requerer licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, tendo em vista recomendação médica.

O requerente, por recomendação médica, se ausentará da Capital, para o tratamento ambulatorial das patologias citadas no atestado médico, assim espera o deferimento do presente pedido.

Na oportunidade, apresento a V. Exa., protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) GERALDO CARTÁRIO

Indicações**INDICAÇÃO Nº 011/07**

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) a realização de obras de construção no Colégio Natália Reginato, localizado na Rua Goiânia, nº 679, Cajuru, nesta Capital, conforme a discriminação abaixo:

1º) construção de um espaço para alojar a secretaria do colégio;

2º) construção de cobertura no pátio do colégio;

3º) construção de cobertura na quadra poliesportiva;

4º) iluminação na quadra do colégio;

5º) pintura do colégio.

2) A indicação justifica-se pela urgência de o Estado atender as necessidades básicas do colégio, em especial, a proteção à saúde e integridade física dos alunos, que ficam expostos às variações do tempo (chuva, sol em excesso) gerando reclamações constantes e comprometendo a assimilação das matérias curriculares.

Visa também a presente indicação, propiciar ao colégio, uma infra-estrutura com o mínimo de condições para o seu regular funcionamento.

Sala das Sessões, 19.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

INDICAÇÃO Nº 012/07

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) a realização de obras de construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual La Salle, localizado na Rua Dilermano Pereira de Almeida, nº 120, Pinheirinho, nesta Capital.

2) A indicação justifica-se pela necessidade de proteção dos alunos matriculados no colégio, que, não raras vezes, têm suas atividades esportivas curriculares inter-

rompidas pela chuva, ou têm sua saúde física prejudicada pela exposição excessiva ao sol.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

INDICAÇÃO Nº 013/07

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) a realização de obras de construção de uma cobertura na quadra poliesportiva no Colégio Estadual Isabel Lopes, localizado na Rua Isaac Ferreira da Cruz, s/n, Pinheirinho, nesta Capital.

2) A indicação justifica-se pela necessidade de proteção dos alunos matriculados no colégio, que, não raras vezes, têm suas atividades esportivas curriculares interrompidas pela chuva, ou têm sua saúde física prejudicada pela exposição excessiva ao sol.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

Proposta de Emenda à Constituição

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O inciso VII do artigo 75 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“VII - prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil e financeira, orçamentária e inspeções realizadas, ou outras quaisquer que se fizerem necessárias, no prazo máximo de trinta dias, salvo justificativa por escrito;”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.03.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Duílio Genari, Professor Luizão, Luciana Rafagnin, Valdir Rossoni, Luiz Eduardo Cheida, Elio Rusch, Waldyr Pugliesi, Edgar Bueno, Elton Welter, Tadeu Veneri, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Rui Hara, Osmar Bertoldi, Carlos Simões, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Luiz Cláudio Romanelli e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 75, inciso VII, estipulou a obrigatoriedade do Tribunal de Contas prestar as informações solicitadas pela Assembléia Legislativa, porém, a falta de prazo para que tais

informações sejam encaminhadas, acaba tornando o dispositivo ineficaz.

Assim sendo, necessário se faz estabelecer um prazo máximo para que as respostas aos pedidos de informação sejam enviadas a esta Casa de Leis, evitando que razões protelatórias prejudiquem o desenvolvimento dos trabalhos.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 131/07 - Mensagem nº 008/07, *que autoriza o Poder Executivo a extinguir as atividades de exploração dos Serviços de Loteria no Estado do Paraná - SERLOPAR e dá outras providências.*

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 130/07 - Mensagem nº 007/07, *que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do imóvel representado pela Quadra 31, no Distrito de Porto Camargo, Município de Icaraíma, com área total de 8.750,00 m2, contendo as edificações que especifica, totalizando área construída de 1.044,19 m2, conforme matrícula nº 2.639, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Icaraíma.*

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de

Lei nºs 07/07 e 42/07, que dispõem sobre a cobrança de pedágios e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do pioneiro maringense Dr. Annibal Bianchini da Rocha, falecido no dia 18 de março de 2007, conhecido como “o Jardineiro de Maringá”.

A história de Maringá não pode ser contada sem mencionar a contribuição do Dr. Annibal Bianchini da Rocha, cuja inteligência e cultura farão falta a Maringá.

Foi outorgado ao Dr. Annibal Bianchini da Rocha, através da Lei 13.705, de 10 de julho de 2002, o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná. O projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Maia e a entrega do título foi feita pela Deputada signatária.

Annibal Bianchini da Rocha nasceu em 1928 na Cidade de Santos e formou-se em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba. Ainda não tinha terminado a faculdade quando decidiu viajar ao Norte do Paraná para comprar alguns lotes de terras. Em março de 1949 adquiriu dois lotes, sendo que o local viria a se chamar Fazenda Santa Júlia, no atual Município de Uniflor. Três anos depois, no dia 29 de fevereiro de 1952, mudou-se com a família para Maringá.

Annibal Bianchini da Rocha é um homem que se confunde com a história da arborização e ajardinamento de Maringá, pois foi o primeiro agrônomo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, contratado para auxiliar o também agrônomo Luiz Teixeira Mendes na condução do Horto Florestal de Maringá.

Graças ao Dr. Annibal, com o apoio da CMNP, a Cidade de Maringá preserva até hoje em suas ruas e avenidas diversas espécies de árvores raras, frondosas, cujo legado é uma lição de amor à natureza.

Maringá é considerada uma das cidades mais arborizadas do Brasil graças ao Dr. Annibal Bianchini da Rocha.

O Dr. Annibal presenciou e participou de fatos marcantes da história de Maringá: a emancipação política de Maringá, em 10 de maio de 1947; a construção do Hotel Bandeirantes (na época o Grande Hotel), em 1955; e o festival do cinema no Cine Maringá, inaugurado em 1955.

Esta Assembléia Legislativa não poderia deixar de externar o forte sentimento de perda, em razão do falecimento do Dr. Annibal, aos familiares: a esposa Aparecida Thereza Azevedo da Rocha e os quatro filhos: Carmem Lúcia, Antonio Carlos, Júlio e Annibal, além dos dez netos.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Félix Caron, mais conhecido como “Tigela”, nesta Capital. Foi goleiro do time de futebol Uracan - São Vicente. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Thomé, comerciante respeitado pela população de Ponta Grossa, ocorrido em 17 de março passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, Rua Doutor Colares, Edifício Soraya, ap. 41, Centro, CEP: 84010-010, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Adail Inglês, Diretor do Jornal Diário da Manhã, com votos extensivos a toda equipe daquela importante empresa, em razão dos 20 anos do jornal.

O trabalho sério realizado pelo jornal O Diário e a confiança da população ponta-grossense, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 421

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Carlos Alves Seixas e

Antonia Fox Seixas, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao jornal Diário da Manhã, alusivos aos 20 anos de sua fundação e pelos relevantes serviços prestados na imprensa do nosso Estado e dos Campos Gerais.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Adail Inglês - Diretor do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Balduino Taques, 890, CEP 84010-095, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário da Manhã tem desde sua fundação se firmado como um jornal sério, comprometido com as questões mais importantes do Paraná, lutando a cada dia pelo jornalismo de credibilidade, com uma diversidade de temas, noticiário abrangente e interessante aos seus fiéis leitores, sempre pautando-se pela ética na prestação da informação.

REQUERIMENTO 424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, votos de congratulações e aplausos a S. Exa. Revma. Bispo Dom Ladislau Biernaski, que tomará posse no próximo dia 19 do corrente,

quando será instalada a nova Diocese de São José dos Pinhais.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a S. Exa. Revma. D. Ladislau Biernaski.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sua Santidade, o Papa Bento XVI, criou recentemente a Diocese de São José dos Pinhais, que englobará quatorze municípios da Região Metropolitana de Curitiba. O Bispo da nova Diocese será Dom Ladislau Biernaski, que até agora era Bispo Auxiliar da Diocese de Curitiba, e possui o honroso título de Cidadão Benemérito Paranaense.

Dom Ladislau Biernaski nasceu em Campo Magro, então Município de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, no dia 24 de outubro de 1937. Seu pai Francisco Biernaski e sua mãe Carolina Valenga Biernaski, imigrantes poloneses, tiveram nove filhos e sempre trabalharam na agricultura. Esta origem marca a trajetória episcopal de Dom Ladislau, que sempre entendeu e se preocupou com os problemas dos povos camponeses. Ainda menino, com treze anos, ingressou no Seminário Menor S. Vicente de Paulo, em Curitiba. Fez o curso colegial, estudou filosofia no Instituto dos Franciscanos e teologia no Studium Theologicus, sempre na capital paranaense. Entre 1963 e 1965 estudou filosofia no Institut Catholique, em Paris.

Voltando ao Brasil foi professor e Diretor do Seminário Menor e provincial dos padres vicentinos. Foi Diretor do Jornal Polônês LUD e membro da Fundação São Vicente de Paulo da Rádio Cambiju de Araucária. Seu trabalho junto à Conferência dos Religiosos do Brasil o levou a ser eleito Presidente desta entidade em 1977.

Em 28 de abril de 1979 foi nomeado Bispo Auxiliar de Curitiba e ordenado em Roma, juntamente com outros trinta Bispos do mundo inteiro, pelas mãos de Sua Santidade, o Papa João Paulo II. Logo em seguida à ordenação na Basílica de São Pedro, acompanhou o Papa em sua visita à Polônia.

Desde o início de seu bispado trabalhou como responsável pela área do interior da Arquidiocese de Curitiba, que inclui atualmente 24 municípios, com 44 paróquias e mais de oitocentas capelas, atendendo uma população de mais de um milhão de habitantes. Junto a este povo, nesses 25 anos, Dom Ladislau tem sido presença fraterna e solidária.

Outro destaque de seu trabalho na Arquidiocese de Curitiba é o acompanhamento às Pastorais Sociais, o que tem lhe colocado à frente de lutas importantes da Igreja do Brasil, como as Semanas Sociais Brasileiras e o Movimento pela Ética na Política.

Em nível regional, foi Secretário Executivo da CNBB Sul II durante os anos de 1979-1980 e nomeado Bispo acompanhante da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da CPO (Comissão Pastoral Operária), além de ser responsável pela Dimensão Missionária no regional.

Sua atuação marcante nessas pastorais o levou a ser escolhido para representar a CNBB numa visita à Polônia na década de 80, juntamente com um grupo de agentes de pastoral brasileiros que se encontram com o Grupo Solidariedade. O intercâmbio de experiências, principalmente no que diz respeito à autogestão e produção solidária, serviu de estímulo para o trabalho das pastorais sociais brasileiras.

Desde São José dos Pinhais, onde residiu durante esses 25 anos de bispado, Dom Ladislau se manteve fiel ao trabalho pastoral e às dimensões missionária, evangelizadora e social da Igreja do Brasil. Sempre trabalhando em equipe, foi um dos responsáveis pelo elogiado trabalho de elaboração de subsídios catequéticos feito na Arquidiocese de Curitiba. A produção anual do livro Caminhando, com tiragem de trinta mil exemplares é um exemplo da preocupação evangelizadora que marca o trabalho de Dom Ladislau Biernaski, Bispo e cidadão.

Dom Ladislau, bem compreendemos quanto árduo será o seu sacerdócio em São José dos Pinhais, e, de quantos sacrifícios e incompreensões sua vida será semeada. Nosso Senhor porém, que lhe deu o múnus divino, proporcionou também a coragem para suportar os percalços inerentes ao seu apostolado.

Esteja certo, todavia, que encontrará um povo crente e ordeiro, sequioso para ouvir a palavra de Deus da boca autorizada de S. Exa. Revma. que reúne todas as qualidades de espírito e coração.

Será não só o Ministro de Deus, no ministério da santa religião, mas, ainda, o Conselheiro seguro nos pequenos e grandes problemas que a cada passo surgirão no caminho da existência.

Arrancar almas da ignorância, iluminar os espíritos imersos em trevas, semear nas consciências, especialmente juvenis, o amor à virtude e ao bem, não será isto tudo um programa de apostolado dos mais elevados a quem alguém possa entregar?

Exa., o início do trabalho em São José, será, sem dúvida, cheio de espinhos e dificuldades, mas ao lembrar que a infância - matéria prima da humanidade, juntamente com os adultos, estarão a sua espera e sua alma se encherá, sem dúvida, de jubilosa coragem.

Seja, pois, bem vindo a São José dos Pinhais, que de braços abertos o receberá como missionário de Cristo e mensageiro da paz. Tome conta daquele rebanho, dirige-o na senda do Senhor, conduzindo-o pelo caminho da verdade e da fé.

REQUERIMENTO 425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Pleno, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Reserva, pela passagem de seus 86 anos de emancipação política, no próximo dia 26 de março do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Frederico Bittencourt Hornung, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Aleixo Lopata, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Reserva.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data da comemoração do 86º aniversário de emancipação política de Reserva, queremos através desta proposição, transmitir às autoridades e ao povo em geral, nossos votos de sucesso e constante progresso.

As conquistas alcançadas pelo Município em parceria com o Governo Estadual, dão provas de que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário trabalham unidos pelo completo desenvolvimento do Município.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que, em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O desenvolvimento de uma coletividade depende de vários fatores. Entre eles estão o grau de participação de seus membros na discussão dos assuntos que lhe dizem respeito e a qualidade de seus representantes. Numa sociedade democrática, há de existir, necessariamente, participação e representatividade. A política, pois, é essencial ao crescimento de qualquer coletividade, mesmo porque o legítimo exercício das funções governamentais repousa justamente no consentimento popular.

O Município de Reserva, muito bem representado pelo Prefeito Frederico e sua eficiente equipe de trabalho, demonstra claramente que a população elegeu a pessoa certa para reger o seu destino.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, congratula-se com toda a população na magna data da comemoração dos 86 anos de emancipação política de Reserva.

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Pleno, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de União da Vitória pela passagem, no próximo dia 27 de março, de seus 117 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Hussein Bakri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito Sr. Warrib Motta, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder

Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de União da Vitória, pela comemoração de seus 117 anos de emancipação política, no próximo dia 27 de março, cumprimos seu povo ordeiro e trabalhador com votos de muito sucesso.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de União da Vitória, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para a realização dos objetivos propostos.

Para homenagear a população de União da Vitória, transcrevemos o prefácio constante do livro Apontamentos Históricos de União da Vitória - 1768 a 1933, de autoria do saudoso Cleto da Silva:

Prefácio

Na organização deste trabalho sobre União da Vitória, ditou-me o espírito um só e único propósito: o de ser, de alguma forma, útil, à terra onde passei a minha mocidade e a qual sou imensamente reconhecido pelo conforto amigo que me vem dispensando na velhice.

Quiz assim, prestar-lhe as minhas homenagens, o meu mui grande afeto, enfeixando os apontamentos que adiante se vêm e que têm com ela relação, e a ela se prendem des dos seus primórdios. Dividi, por isso, este livro em três períodos: 1º Colonial - 2º Império - 3º Republicano.

Dei, também, a União da Vitória, as seguintes fases: 1) Entreposto de Nossa Senhora da Vitória, 1769; 2) Porto União da Vitória, 1860; 3) Freguezia de União da Vitória, 1880; 4) Intendência Municipal de União da Vitória, 1890; 5) Termo Municipal de União da Vitória, 1901; 6) Comarca de União da Vitória, 1908.

Ao chegar ao ano de 1917 (que foi o da entrega da parte da cidade e município à Santa Catarina, pelo acordo de 20 de outubro de 1916) continuei a relatar os acontecimentos, porém, daí em diante, somente os referentes ao lado que ficou pertencendo ao Paraná, pelo mencionado acordo. Entretanto, dos anos de 1930 e 1932, o primeiro da Revolução de Outubro, que depôs o Presidente Washington Luiz e o segundo, da revolta Paulista, não pude furtar-me à narrativa dos fatos que se desenrolaram nas duas cidades que se defrontam - União da Vitória e Porto União - pois que, ambas foram passagem das numerosas forças vindas do Sul em demanda do Norte e, por muitos dias, estiveram como se fossem uma só praça militar.

Não tenho a pretensão de que sejam estes apontamentos um estudo perfeito de União da Vitória. Apenas busquei e rebusquei nas leis, decretos, regulamentos e narrativas, tudo quanto de importante e de interessante se me apresentava e adiante tudo isso coloquei por épocas, mais ou menos seguras.

Assim foi que pude observar União da Vitória na sua não pequena tradição histórica, a começar dos tempos coloniais até que, no cenário de todos nós conhecido, surge o espírito trabalhador de Amazonas de Araújo Marcondes, chamando, pela sua capacidade empreendedora, a atenção de particulares e governantes, emprestando o seu auxílio moral e material aos primeiros elementos estrangeiros que se radicaram nesta terra, fatores incontestáveis na cooperação do desenvolvimento econômico desta opulenta região até que, Prefeito Municipal por quase 30 anos, teve a ventura de assistir a inauguração da luz elétrica na cidade; pôde vê-la dotada de uma rede telefônica e cortada pelos trilhos de aço, depois de ter sido o primeiro que fez o magestoso Iguassú receber em suas águas o primeiro vapor, para, na ante-véspera do Natal de 1924, deixar o invólucro material, descançando de um labutar tão grande nessa mesma terra que ele tanto quiz e amou e, para onde, deixando os seus "pagos", trouxera a sua mocidade e onde vivera por meio século cercado da consideração e da estima de todos.

Nesse retrospecto que se me apresenta à visão e que, mui polidamente, procuro desenhá-lo nas linhas que seguem, surgem os primeiros pioneiros do alfabeto: Raimundo Colaço, Cipriano Mendes, Rodolfo Boese, Libero Braga, Dona Amélia Schleder de Araújo, José Cleto da Silva, Serapião Nascimento, Guilherme Gaertner, todos, naquela ansia de mestres, difundindo o ensino primário aos filhos deste rincão bendito, que teve, entre outros, a emprestar-lhe o seu talento e a distribuir justiça a todos: Clotário de Macedo Portugal, Carlos Pinheiro Guimarães, Izaias Bevilaqua, magistrados austeros, cujos nomes desnecessário tecer-lhes elogios, porque ainda aí estão a dignificar, com brilho e com saber, o mais alto Tribunal de Justiça do Paraná, onde, também, tem tido assento, Paulo Monteiro, que, de União da Vitória, foi Juiz e amigo.

E, porque não lembrar, com carinho e saudosamente, aquele vulto pequenino de João Túlio de França, aqui nascido, hoje descançando sob os ciprestes do campo santo guarapuavano - vulto pequenino, eu disse, mas no físico - que enorme tinha o espírito e soube bem empregá-lo na carreira que abraçara de cultor do Direito, indo até ao nobre cargo de Procurador Geral, na Suprema Corte de Justiça do Estado natal.

Desse meio todo, que se torna assim como uma lenda, são dignos de menção aqueles patrícios honrados, desde Pacífico da Silva e José Pereira de Linhares Filho, os primeiros comerciantes da localidade, até Irineo de Araújo, Pedro Franklin, Napoleão Marcondes, Artur de Paula, Nhonhô Ribas, Domingos Pimpão; e, também, os estrangeiros, ou de origem: Carlos Groth, Miguel Schefer, Ricardo Barth, Germano Schwartz, Gustavo Schmal, João Ihlenfeld, Gustavo Tenius, José Bilski, Godofredo Grollmann, já desaparecidos; e Francisco Neumann, João Clausen, Serafim Schefer, Germano Schwartz Filho e outros mais, ainda vivos e todos, operários e obreiros

que foram, auxiliando União da Vitória no seu desenvolvimento construtivo, econômico e moral.

Dignos também de admiração pública: Belarmino de Mendonça, Alberto de Abreu, Andrade Guimarães, José Joaquim Firmino, Irmãos Rozany, Antonio e João Fleury de Amorim, Neiva de Lima, destacados engenheiros militares, que aqui viveram e trabalharam na grande rodovia para Palmas, alguns dos quais, desde do início da sua construção em 1884.

Como não descrever e não salientar a terra Unioense, cuja bagagem histórica é toda pontuada de episódios os mais interessantes, si ainda sabemos ter sido ela no período colonial entreposto de bandeirantes destemidos que do famoso rio que caprichosamente a contorna, caminho fizeram até sua foz, percorrendo todo o seu ubertoso vale atrás dos seus tesouros acultos!...

Depois, para conhecerem-na, até ela vieram os Presidentes do Paraná: Carlos de Carvalho, em 1883; Visconde de Taunay, em 1886; Vicente Machado, em 1906; Afonso Camargo (quando Vice-Presidente), em 1910 e Carlos Cavalcanti, em 1914.

Viram-na, também, os Presidentes da República: Afonso Pena, em 1909; Washington Luiz, em 1926; e, não faz muito, em 1930; passeava suas ruas, em caminho da capital Federal, Getúlio Vargas - o chefe civil da Revolução de Outubro.

Quanta cousa mais a recordar, a reviver, a ser trazida a lume!

Vale pois, dizer que o foi e o que é União da Vitória.

E, agora, ao terminar este Prefácio, repito: Não tenho a veleidade de apresentar este livro como um estudo perfeito de União da Vitória. O que nas páginas adiante, de histórico e literário fôr encontrado, são transcrições e dados colhidos de autoridades consagradas em assunto de tanta importância. Entretanto, o que desejo fique consignado nestas linhas é o que realmente fiz: o serviço do servente, indo buscar material, ora aqui, ora ali, e, por vezes, muito ao longe, bruto ou já polido, para a construção da obra; e esta, façam-na aqueles que outras luzes e mais conhecimentos históricos e literários tiverem.

E si, deste meu humilde e desprezencioso trabalho algo fôr aproveitado para tal, me darei por bem pago do pouco que fiz e deixo para homenagear a terra que serviu de berço para filhos meus e da qual tantas demonstrações de carinho venho recebendo.

União da Vitória, Paraná, Dezembro de 1933.

E conhecendo-nos bem, poderemos aproveitar mais vantajosamente as nossas forças, desenvolvendo qualidades e atenuando defeitos, que não puderem ser eliminados.

Clovis Bevilacqua a Rangel Moreira (1912).¹

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da

palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que, em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

Congratulamo-nos com as autoridades constituídas e com toda a população de União da Vitória, pelo transcurso do 117º aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Sra. Fernanda Ávila.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem por ocasião do lançamento do programa “Quem Diria”, transmitidos pela TVA e apresentado pela dinâmica e competente Fernanda Ávila.

REQUERIMENTO Nº 438

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Sérgio Botto de Lacerda.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Sérgio Botto de Lacerda, pela sua competente e dinâmica atuação, na função de Procurador-Geral do Estado, prestando relevantes serviços à comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente:

Os Deputados do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscrevem, vêm REQUERER, seja aprovado em Plenário, na forma regimental, voto de louvor a Dom Ladislau Biernaski, Bispo da nova Diocese de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, PROFESSOR LUIZÃO, PÉRICLES DE MELLO e TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, solicitando ao mesmo a implantação de Universidade Tecnológica - CEFET - Maringá.

Trata-se de reivindicação antiga da comunidade maringaense e que, sem dúvida, proporcionará maior desenvolvimento tecnológico ao Município de Maringá.

1. Transcrito conforme requerimento original

Com o funcionamento da Região Metropolitana de Maringá, imprescindível criar oportunidades a todos os municípios compreendidos nessa organização administrativa, e sem tecnologia não é concebível a formação de base sólida para esse crescimento.

O CEFET tem papel em todos os municípios em que foi instalado: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Campo Mourão, razão pela qual Maringá também necessita dessa estrutura.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 435

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa que o Governo do Paraná efetue estudos técnicos para a implantação de um Pronto-Socorro com Unidade de Tratamento Intensivo e Maternidade no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Piraquara não possui qualquer hospital público, e a população tem aumentado muito nos últimos anos, graças ao bom desenvolvimento da região. Porém, há necessidade de atender esta demanda na área de saúde, sendo fundamental a construção de um hospital regional, conforme requerido.

REQUERIMENTO Nº 436

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que o Governo do Paraná efetue estudos técnicos para voltar a pagar a pensão mensal dos internos do Hospital São Roque, no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Encaminhamos a presente solicitação que chegou até o nosso gabinete, onde recebemos a informação que os internos do hospital perderam este benefício, sentindo-se prejudicados.

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência aos Secretários de Estado do Desenvolvimento Urbano, Exmo. Sr. Luiz Forte Neto, e dos Transportes, Exmo. Sr. Rogério Tizzot, solicitando dos mesmos a adequação do traçado do Contorno Sul de Maringá, conforme reivindicação da AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense.

A AMUSEP, através de sua Presidente, Prefeita Tânia Martins Costa, propõe que o traçado do Contorno Sul acompanhe a linha de alta tensão, seguindo paralelamente à linha férrea, em Sarandi, beneficiando também o Município de Marialva. No local pode ser construído um importante parque industrial, com áreas servidas por linha férrea e acesso rodoviário, fundamental para a expansão das atividades de transbordo, já existentes em Maringá.

O desvio do tráfego também proporcionará maior rapidez, segurança e economia beneficiando diretamente a Maringá, Sarandi e Marialva, com reflexos positivos para todos os municípios da região.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando cópia de documentos que instruíram o pedido de redistribuição do território da Comarca de Ponta Grossa entre os ofícios registrais, conforme expediente 154.889/04 (plantas e memoriais descritivos assinados por profissional responsável, levantamento sócio-econômico das regiões, etc), já que, conforme certidão expedida pelo Diretor Legislativo desta Casa, estes documentos não foram anexados à justificativa do Desembargador Tadeu Marino Loyola Costa, não havendo a comprovação da distribuição equitativa deste território.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando informações relativas à sindicância iniciada pela Portaria nº 16/06, de 10 de novembro de 2006 e protocolada sob o nº 9.216.041-6. A citada sindicância tem por objetivo investigar denúncias graves sobre procedimentos da direção do Colégio Estadual João Francisco da Silva, no Distrito de Caetano Mendes, Município de Tibagi, tais como incentivo ao consumo de álcool em suas dependências, namoro entre professores e alunos, promoção de rifas sem que o ganhador seja divulgado, falta de aulas no período noturno, entre outros. Pela gravidade da situação e demora nas providências para sua correção, questionamos:

1) Já se passaram vários meses desde o início da sindicância. Alguma providência foi tomada para apurar e corrigir as graves irregularidades?

2) Os prejuízos causados aos alunos estão sendo considerados na lentidão da apuração?

3) Qual a expectativa para a finalização da referida sindicância?

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e em especial o artigo 129 do Regimento Interno, REQUER ao Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, o encaminhamento deste, e de cópia do manifesto dos cooperados da Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda - CAMDUL, com sede no Município de Dois Vizinhos, base alargada no Sudoeste do Paraná, bem como cópia do Requerimento nº 0402/07, deliberado pelo Plenário do Poder Legislativo de Dois Vizinhos, a fim de que sejam investigados os fatos reais que envolvem a situação econômica e financeira da referida cooperativa, para os seguintes órgãos:

I - Superintendência do Departamento da Polícia Federal do Paraná;

II - Ministério Público Estadual;

III - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná;

IV - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

V - Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A união de pessoas para juntas superarem as dificuldades, de fortalecerem as atividades desenvolvidas, é uma boa maneira que as pessoas encontraram para tornarem-se mais fortes. Assim é com os empresários, com os trabalhadores, e não diferente com os agricultores, que historicamente são os precursores dessa junção através das cooperativas agrícolas.

No Sudoeste do Paraná, várias são as organizações de agricultores, uma delas a CAMDUL, com aproximadamente 50 anos. Neste tempo, fortaleceu a agricultura, fortaleceu seus associados, os inseriu no mundo dos negócios da agricultura, constituíram um patrimônio, e era, um braço forte dos homens do campo naquela região, evidentemente que encontrando muitas dificuldades, as intempéries, os planos econômicos e outros.

Mas, se não bastassem as dificuldades do mercado, eis que agora Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a CAMDUL sucumbiu, uma forte cooperativa, com um número expressivo de cooperados, com capital destes cooperados, afundou. Esta é a voz corrente em Dois Vizinhos e na região. Do crescimento fantástico nos exercícios anteriores, adquirindo fábrica de ração e crescendo seu imobilizado, neste exercício foi a queda, inclusive outra cooperativa da região assumindo seu ativo e passivo, numa tentativa de amenizar a situação.

Ocorre que, inúmeros agricultores e agricultoras que deram a vida, que construíram permanentemente sua instituição, agora se vêem na condição de mãos vazias, sem nada, e o que é mais grave, sem informação, para pelo menos ficar ciente do que realmente está acontecendo.

Por isso, os Vereadores do município se manifestaram, desesperados, à espera de que alguém faça alguma coisa, sendo esta a nossa contribuição, do Legislativo do Paraná, no sentido de encaminhar para autoridades capazes e competentes para que providências sejam tomadas, dado o interesse público que está em questão.

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o decreto, Protocolo CD 768/77, de 11 de março de 1977, que declarou Nossa Senhora do Rocio como Padroeira do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti, Digníssimo Arcebispo Metropolitano de Curitiba, bem como a S. Exa. Revma. Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Emérito de Curitiba e a S. Exa. Revma. Dom João Alves dos Santos, Bispo Diocesano de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de ontem (11 de março de 2007), completou trinta anos, durante a 24ª Assembléia dos Bispos do Paraná, que Dom Bernardo José Nolker, comunicou a realização de uma aspiração do Episcopado e do povo do Paraná: Nossa Senhora do Rocio fora proclamada como Padroeira Perpétua do Estado do Paraná.

A petição havia sido feita por dois Arcebispos e 22 Bispos do Estado do Paraná, além dos pedidos formais do Governo do Estado, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

A concessão feita ao Estado do Paraná, pelo que se sabe, é a única, não constando que outros Estados a tenham conseguido.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 138/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas de seguro-saúde, empresas de medicina de grupo, cooperativas de trabalho médico, ou outras que atuem sob a forma de prestação direta ou intermediação dos serviços médico-hospitalares que operem no Estado do Paraná, estão obrigadas a garantir o atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças da Organização Mun-

dial de Saúde, não podendo impor restrições quantitativas ou de qualquer natureza.

Art. 2º O não cumprimento dos preceitos desta lei sujeitará os infratores à multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cada caso apurado, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de trinta dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A saúde constitui um dos direitos fundamentais da pessoa humana, expressamente protegido pela Constituição Brasileira em seus artigos 6º e 196. É também um direito básico do consumidor previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078/90 artigo 6º, inciso I). Não obstante os dispositivos legais, é de conhecimento geral a situação de calamidade por que passa a saúde no país. Faltam leitos e medicamentos, os salários dos profissionais do setor são baixos e fraudes e desvios são uma constante.

Aproveitando-se dessa situação, as empresas que operam diretamente ou intermediam os serviços de saúde, obrigam o consumidor a aceitar cláusulas contratuais abusivas e injustas. Dentre tais cláusulas encontram a exclusão de uma longa lista de enfermidades da cobertura dos planos e seguros-saúde, como, por exemplo, as doenças infecto-contagiosas, incluindo a AIDS, as epidemias e as doenças crônico-degenerativas. Essas exclusões acarretam as situações corriqueiras em que um consumidor procura um médico conveniado para tratamento e recebe como resposta que só é possível tratar uma parte de suas enfermidades, pois o resto não está coberto pelo convênio. Esse consumidor, então, recorre ao sistema público de saúde.

A propaganda dos convênios médicos privados alardeia um atendimento de alta qualidade. Na prática, cobra valores altíssimos e excluem do atendimento todas as doenças com tratamento caro; negam os exames mais sofisticados e nunca exibem planilhas de custo. As doenças não atendidas pelo convênio são listadas no contrato em letras microscópicas, incompreensíveis ao cliente ingênuo.

A Resolução nº 1401, de 11 de novembro de 1993, obrigam as empresas que operam com plano e seguro saúde a garantir atendimento a todas as enfermidades relacionadas no Código Internacional de Doenças. Porém, essa resolução ainda é objeto de impugnações por parte das empresas de saúde. Essas empresas alegam que o Conselho Federal de Medicina não teria competência para obrigar os planos de seguros saúde a não excluir

enfermidades de seus contratos. Ainda que se admita a procedência do argumento lançado pelas empresas de saúde no que se refere ao Conselho de Medicina, bastante distinta é a posição do Poder Legislativo.

A Constituição Brasileira declara em seu artigo 197: *São de relevância pública as ações de serviços de saúde cabendo ao Poder Público dispor dos termos da lei sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

No seu artigo 23, a Constituição declara: *É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II - cuidar da saúde e assistência pública da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.*

São essas as razões que nos levam a solicitar a aprovação deste projeto de lei pelos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 139/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Sérgio Henrique Sampaio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Sérgio Henrique Sampaio, nascido em 17 de janeiro de 1959, em Curitiba, Paraná, filho de José Sampaio e Clara Kastuer Sampaio, casado com Shara Nunes Sampaio, tem dois filhos, José Sampaio Neto e Sérgio Henrique Sampaio Filho.

Qualificação Profissional:

Empresário; Presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose; Vice-Presidente da Associação de Assistência à Mucoviscidose no Paraná; Vice-Presidente da Associação Latino América de Fibrose Cística; Membro do Conselho Nacional de Saúde; 1º Suplente no seguimento das Entidades Nacionais de Defesa dos Portadores de Patologias e Deficiências.

Realizações em prol da Fibrose Cística:

Garantia de medicamentos de alto custo para os pacientes de Fibrose Cística através das leis: Enzimas Digestivas e Dornase Alfa; Portaria MS nº 102, de 6 de setembro de 1995; Portaria MS nº 1318, de 23 de julho de 2002; Portaria MS nº 2577, de 27 de outubro de 2006; inclusão da Fibrose Cística no Teste do Pezinho, através da Portaria MS nº 822, de 06 de junho de 2001; instituição da data de 5 de setembro como o Dia Nacional de Consci-

entização e Divulgação da Fibrose Cística, através da Portaria MS nº 1411, de 29 de agosto de 2001; assessoria jurídica das Associações perante as reuniões nas Secretarias Estaduais, para obtenção de medicamentos para o tratamento da Fibrose Cística; atualização do cadastro dos portadores de Fibrose Cística no Brasil; manter informadas todas as Associações sobre as evoluções genéticas; palestrante em congressos nacionais, visando despertar o sentido de legalização e organização na luta contra a Fibrose Cística; ofensivas junto a hospitais e centros de diagnósticos com material de apoio para divulgação e esclarecimentos sobre a doença; entrevistas em rede estadual de TV, campanhas e divulgação sobre a Fibrose Cística através de jornais, outdoors e revistas; incentivo a criação de novas Associações Estaduais, buscando maior representatividade no âmbito político em nosso país; participação em audiências nas Promotorias Públicas dos Estados onde as distribuições de medicamentos ainda não estão regulares ou ainda não estão sendo distribuídos; apoio a outras Organizações Não Governamentais.

PROJETO DE LEI Nº 140/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida isenção de pagamento de tarifas, em praças de pedágio instaladas em rodovias do Estado do Paraná, para ônibus especiais que transportam estudantes para outros municípios e que façam uso do trajeto regularmente.

Parágrafo Único. A comprovação a que se refere este artigo deverá ser feita através de declaração de matrícula do estabelecimento de ensino, com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa isentar de pagamento nas praças de pedágios, proprietários de ônibus especiais que transportem estudantes para outro município e que façam uso do trajeto diariamente.

Muitos são os casos de pessoas que estudam em outro município e retornam no final do dia para suas casas situadas em municípios conhecidos como municípios-dormitórios. Exemplos claros desta situação são aqueles municípios que contam com estabelecimento de ensino superior e que diariamente recebem estudantes de outros municípios da região. Da mesma forma, muitos são os que possuem empresas cujos funcionários residem em outros municípios.

Para se absterem do pagamento do pedágio, procuram caminhos alternativos, os quais muitas vezes colocam em risco a vida dos usuários.

Desta forma, nada mais coerente do que a isenção de pagamento daqueles usuários que diariamente fazem uso de trechos de rodovias pedagiadas, para o que contamos com a aprovação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 141/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Alfredo Kaefer, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O projeto do Instituto Alfredo Kaefer, localizado na Rua Rio Grande do Sul, 2601, no Município de Cascavel, Paraná, inscrito no CNPJ nº 07.428.187/0001-78, tem por finalidade principal promover a assistência social, estabelecer programas de segurança alimentar e assistência à saúde, promover o desenvolvimento econômico-social e combater a pobreza; promover a cultura, o esporte, a conservação do patrimônio histórico e artístico, bem como estimular a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e da democracia.

A aprovação do referido projeto facilitará a esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 142/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática instaladas no Estado do Paraná ficam obrigadas a criar e manter o Programa de Recolhimento, Reciclagem ou Destruição de Equipamentos de Informática, sem causar poluição ambiental.

Art. 2º As empresas produtoras, distribuidoras ou que comercializam os equipamentos deverão colocar em seus estabelecimentos, à disposição do público, serviço de coleta de produtos usados ou danificados destinados à destruição.

§ 1º Ao receber o produto, a empresa deverá expedir nota de entrada, e uma das vias deverá ser encaminhada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para efeito de controle e fiscalização.

§ 2º O material recolhido deverá ser repassado à distribuidora ou ao fabricante, que deverá emitir nota de recolhimento do produto.

Art. 3º As empresas produtoras deverão promover campanhas, fazendo veicular propaganda esclarecendo os usuários sobre os riscos para o meio ambiente de se jogarem os equipamentos em locais não apropriados e os benefícios de se recolhê-los para posterior destruição.

Parágrafo Único. Entende-se por locais apropriados as urnas que armazenarão os equipamentos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(aa) ROSANE FERREIRA

PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Os equipamentos de informática possuem em sua composição material, elementos que levam anos para se decompor naturalmente, contribuindo para causar danos irreparáveis ao meio ambiente. Aliado ao processo de desmatamento constante das nossas florestas e ao fato de que outros produtos químicos e tóxicos são lançados em nossos rios, os equipamentos de informática contribuem negativamente com a preservação do nosso meio ambiente.

Temos o dever de evitar que esses equipamentos prejudiquem a natureza, colocando as empresas participantes dos processos de fabricação e comercialização como responsáveis pelo recolhimento e pela destruição dos equipamentos de informática inválidos, estaremos contando com mais um aliado economicamente poderoso para a preservação do meio ambiente e alertando os usuários de equipamentos e produtos de informática para os prejuízos que poderão causar à qualidade de vida em nosso planeta.

Este projeto de lei tem intuito de conscientizar as pessoas para o fato de que os mínimos atos praticados pelo homem, somados, poderão no futuro contribuir para a destruição do sistema ecológico. Qualquer contribuição, mínima que seja, quando feita por cada um de nós, será um grande passo para a melhoria da qualidade de vida.

Solicito apoio aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 143/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no Estado do Paraná, o Programa de Combate à Febre Amarela e à Dengue, com as seguintes normas e competências.

Art. 2º Os proprietários de imóveis, urbanos ou rurais, inquilinos ou responsáveis por propriedades particulares ou não, compete:

I - conservar a limpeza dos quintais, evitando recolher pneus, latas, plásticos e outros objetos ou recipientes, que possam acumular água;

II - conservar adequadamente vedadas as caixas d'água;

III - trocar a água dos vasos de plantas em intervalos máximos de cinco dias.

Art. 3º Os proprietários de lotes ou terrenos baldios ficam responsáveis da remoção dos entulhos ali depositados.

Art. 4º Aos comerciantes proprietários de estabelecimentos prestadores de serviço, nos ramos de laminadoras de pneus, borracharias, depósitos de material em geral, inclusive de construção, ferros-velhos e comércio similares, além do disposto no parágrafo anterior, compete ainda:

I - manter os pneus secos ou cobertos com lonas ou acondicionadas em barracões devidamente vedados;

II - manter secos e abrigados de chuva quaisquer recipientes suscetíveis à acumulação de água;

III - atender às determinações emitidas pelos agentes de saúde pública.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, procurando meios para a realização, com ajuda das Prefeituras Municipais, de inspeção rotineira, realização de palestras em escolas e associações civis em geral, mobilização da comunidade e, finalmente, penalizar os infratores, através de advertência, multas, intervenção e cassação do alvará de licença.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.03.07.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei vem em obediência aos ditames constitucionais, pois sendo a saúde um direito do cidadão e principalmente um dever do Estado, a implantação de um Programa Estadual de Combate à Febre Amarela e à Dengue torna-se extremamente necessária.

A dengue vem se espalhando em vários municípios do Paraná, exigindo uma conduta séria e eficaz de combate a essa epidemia. A profilaxia de doenças epidêmicas como a febre amarela e a dengue é a melhor solução.

O Estado deve ter uma visão não apenas curativa dessas doenças, mas especialmente preventiva, para que se elimine, radicalmente, os focos epidêmicos e que doenças como a febre amarela e a dengue sejam dadas como inexistentes num futuro próximo. Este é o objetivo maior que se almeja com a presente proposição.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

A pedido da Deputada Luciana Rafagnin, no Grande Expediente de hoje teremos a participação da Dra. Eliane Boldrini, que é Coordenadora Técnico-Científica da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Antonina e Coordenadora do Campus das Faculdades Integradas Espíritas de Antonina.

No Grande Expediente, com a palavra a Sra. Eliane Boldrini.

Sra. Eliane Boldrini

A SRA. ELIANE BOLDRINI

Quero agradecer ao Presidente, Deputado Nelson Justus, a Deputada Luciana Rafagnin pela oportunidade de apresentar aos Deputados, o II Seminário Nacional sobre Dragagens, que será realizado em Antonina daqui a uma semana. Segunda-feira será o cerimonial e na terça e quarta o Brasil todo, os principais portos do Brasil e órgãos ambientais dos Estados brasileiros, Autoridades Marítimas e o Ministério dos Transportes estarão em Antonina para discutir o problema do mercado, do licenciamento e monitoramento ambiental das dragagens.

Então, vou apresentar rapidamente, o conteúdo do seminário e como está a questão das dragagens no Paraná, no Porto de Antonina e no Porto de Paranaguá.

O Seminário tem por objetivo integrar as diversas experiências que estão acontecendo no Brasil, há três anos, na área de monitoramento ambiental de dragagens, para discutir a Resolução CONAMA 344. Essa resolução é de 2004. Até 2003 não existiam no Brasil normas que pudessem dar direção para o licenciamento ambiental de dragagem. A NORMAM nº 11 é de 2003. Ela cria procedimentos para que os empreendedores possam realizar as dragagens, e a CONAMA 344 cria as diretrizes para que possam colocar o licenciamento ambiental das dragagens.

Então, tudo isso é muito novo no Brasil e não existe uma cultura nas autoridades portuárias ainda, para lidar com o licenciamento ambiental, motivo pelo qual os órgãos ambientais são constantemente acusados de inviabilizar as dragagens no Brasil, a ponto de um Deputado Federal, da Comissão de Dragagem na Câmara Federal, propor uma lei para isentar, para que não haja licença ambiental para dragagens de emergência. Mas, consideramos tudo isso falta de conhecimento no processo de licenciamento ambiental de dragagem e monitoramento. Na medida em que a classe política, as autoridades portuárias, os empreendedores e principalmente as empresas de dragagem, conheçam essa complexidade, esse tipo de problema vai sendo sanado e o Brasil não vai deixar de ter dragagem por causa de licenciamento ambiental.

Vamos também lançar um livro que é inédito no Brasil. É a primeira publicação com resultados concretos dos licenciamentos e monitoramentos ambientais de dragagem, e os primeiros estudos do Ministério dos Transportes para poder criar um plano nacional de dragagem.

Estão arroladas as logomarcas, as instituições que estão nos apoiando nesse evento. É o segundo Seminário. Quem está organizando é uma ONG de Antonina - ADEMADAN, e uma instituição acadêmica, Faculdades Integradas Espíritas, que não têm experiência na área portuária e está desenvolvendo isso nos últimos três anos e temos o apoio da praticagem, Capitania dos Portos, Autoridade Marítima do Brasil, ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, IAP, Prefeitura de Antonina e terminais privados, que é a Catalini, Terminal da Ponta do Félix, que é o Porto de Antonina e o Terminal de Contêineres de Paranaguá.

O conteúdo do Seminário está dividido em três painéis. O primeiro painel será um esclarecimento sobre os procedimentos para realizar a dragagem no Brasil e o mercado da dragagem. Quem vai abordar o tema do mercado das dragagens é o Ministério dos Transportes. Em relação aos procedimentos, será abordado pela Autoridade Marítima do Brasil, inclusive a questão da metodologia científica para projetos de canais. A maior autoridade do Brasil, Dr. Edson Mesquita, vai discutir esse assunto no Seminário, porque tem sido motivo de polêmica, no caso, a dragagem de Paranaguá, por causa daquela questão de ser reto ou não, que é uma questão técnico-científica, que será abordada no Seminário.

Depois serão abordadas as experiências concretas de monitoramento de dragagens. Teremos a participação dos principais portos do Brasil, que estão tendo experiências com a Resolução CONAMA 344, que são os Portos de Santos, do Rio de Janeiro, e o que é considerado modelo no Brasil no monitoramento ambiental, no processo de dragagem e nas licitações, que é o Porto do Rio Grande e também uma experiência do Nordeste, na Bahia e órgãos ambientais de outros Estados, com a CODESP, de São Paulo, onde começou a CONAMA 344, os órgãos ambientais do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e do Paraná e também teremos representante da energia nuclear, porque existem técnicas nucleares eficientes para o monitoramento ambiental das dragagens.

Outro painel que é muito polêmico da CONAMA 344 é o problema das toxicidades, razão pela qual estamos trazendo os principais pesquisadores da área do Brasil, que são os representantes da UFRGS do Rio Grande do Sul, dos Centros do Mar da Universidade do Paraná, de Santos, do Espírito Santo, enfim, quem está lidando com esse problema nos últimos três anos e construindo um banco de dados sobre este assunto.

No Paraná, o nosso envolvimento com as dragagens começou com um programa chamado CAD - Contaminantes, Assoreamento e Dragagem. Esse programa começou de forma muito humilde, com um terminal pri-

vado, os Terminais Portuários da Ponta do Félix. O objetivo era atender a origem do assoreamento e da poluição da baía de Antonina. A Ponta do Félix - se os senhores não conhecem - é um terminal de fundos de pensão, que são os seus donos, o principal acionista é a PREVI, que todo mês corre o risco de fechar as portas, embora seja o terminal mais moderno de frigoríficos da América do Sul. Isso acontece por causa do assoreamento impressionante, 300.000 m³ por mês, de dragagem que se faz nos berços e é uma luta meio insólita, contra a natureza. Não teve outra alternativa para a empresa, além de dragar, de estudar a dinâmica desse assoreamento, para tentar fazer alguma coisa para viabilizar o porto, haja vista que esse porto concorre, principalmente, com Itajaí. Muitas cargas que passam pela Ponta do Félix são cargas que eram transportadas por esse porto. Esse trabalho avançou a ponto de outros terminais entrarem, como a Catalini e o TCP. Incorporamos as exigências da Resolução CONAMA 344, para que pudesse ser incorporada na licença de operação de dragagem de 2007. A última licença de operação emitida pelo IAP para o Porto de Paranaguá realizar as dragagens foi todinha fundamentada nesses estudos que realizamos, coordenados pela ADEMADAN, em parceria com o CEM, o laboratório de Geografia Física, a Universidade de Paris de Sourbone e as Faculdades Integradas Espírita.

Vou mostrar rapidamente os resultados, porque imagino que os senhores têm interesse em conhecer quais os volumes a serem dragados no Porto de Paranaguá e Antonina e as áreas de despejo. O Canal da Galheta é uma região de fundeios de navios, onde os navios ficam esperando para que a praticagem os levem pelos canais e cheguem até os berços para poderem ser carregados e sair. Aqui estão anunciados na imagem os volumes a serem dragados de cada região. Então, a Região Alfa, que é a região externa e que passa pelo Canal da Galheta, são uns dois milhões e alguns quebrados. Aí da Região Bravo Um, que vai até a curva, são mais quase 500.000m³. Aí a Bravo Dois até o início, que é o terminal de contêineres de Paranaguá e o corredor de exportação, são quase 678.000 m³. E mais toda a região da área que se chama Charle (sic), que é dos terminais, que são mais 1.262.000m³. E o total de Antonina são 2.343.000m³.

Esses sedimentos da Área Alfa, Bravo Um e Bravo Dois não são contaminados, são basicamente areia e a proposta é que esses sedimentos sejam despejados em uma área externa, chamada ACE - Área Circular Externa, em uma região fora da área de fundeios de navio. Para tal, precisamos pelo menos vinte metros de profundidade, a fim de que não ocorram perigos para a segurança da navegação. A região da Área Charle (sic) é uma região que tem muita lama, material orgânico, então existe contaminação. A proposta é confinar esse material em um aterro hidráulico ao lado do TCP, para que haja uma futura expansão de terminais de contêineres do porto público e toda a área de Antonina, confiar em um aterro hidráulico ao lado da Ponta do Félix.

A Resolução do CONAMA 344 tem uma lista de metais pesados e orgânicos, que diz os níveis de contaminação: o nível um e nível dois. Então, quando estiver acima do nível dois, o material tem que ser confinado obrigatoriamente. Acima do nível um indica poluição, mas que pode ser monitorada, e abaixo do nível um não indica poluição. Então, o que foi diagnosticado?

Alguns hidrocarbonetos, que são de origem do petróleo e alguns pesticidas, principalmente na região do porto público e na região de Antonina, que provavelmente vêm dos rios e da agricultura de Morretes e de Antonina e também dois metais pesados, o arsênio e o níquel. Os resultados do arsênio e níquel nessa região em que é baixa, é a região que tem areia, até a área que chega lá nos terminais do porto público de Paranaguá e quanto mais entra no fundo da baía, maior é o nível de contaminação, porque maior é o nível de material orgânico que vem das bacias hidrográficas. Então, estão aqui tanto o arsênio quanto o níquel acima do nível um, mas nada acima do nível dois. Esse resultado mostra que as baías de Antonina e Paranaguá são poluídas, mas nem tanto. Perto dos portos de Santos e de outras cidades brasileiras, a realidade do Paraná é bem gerenciada e não é uma coisa muito grave, apesar de todo o esgoto e lixões que são carregados pelas bacias hidrográficas.

Vou rapidamente apresentar o resultado da modelagem matemática das áreas de despejo. A modelagem matemática é um instrumento, um programa que permite simular uma realidade. Então, foi colocado por lá modelagem matemática nessa região, se jogar três milhões de metros cúbicos num único ponto, o que vai acontecer? O resultado da modelagem mostrou que vai criar uma montanha concentrada de uma média de cinco, quase seis metros de altura.

Então, o resultado da modelagem mostrou que, dependendo de onde colocar nessa região, você vai ter um assoreamento numa área de fundeio de navio. Portanto, você vai correr risco da navegação.

Então, a proposta é que a área escolhida seja de vinte metros de profundidade e que crie um plano de manejo em que a draga seja colocada em vários pontos, para que não crie uma montanha de sedimentos e depois tenha que dragar uma área de despejo. E aqui não é problemático, porque o sedimento não é contaminado e ele não dispersa - as correntes são fracas nessa região - então, não é uma área problemática para as dragagens. É bem tranquilo fazer a dragagem na ACE.

Aqui é o lado do TCP, um aterro hidráulico - esta é a metodologia do aterro, como ele será feito, e aqui a proposta que vai muita areia para fazer esse aterro, é tirar de uma região aqui, que é o Canal do Surdinho, para colocar ali - com isto teremos mais uma opção de entrada de navios - além de entrar por cima, pode entrar por ali e resolve o problema ambiental de onde tirar areia para fazer o aterro hidráulico.

A modelagem matemática, sem o aterro hidráulico, aqui com o aterro hidráulico mostrou que não dá grande

alteração na hidrodinâmica, porque o aterro segue a linha da costa. Então, não dá problema de fazer isso, é tranquila essa área de despejo para o material do Porto de Paranaguá.

Aqui é a Ponta do Félix, Baía de Antonina, Serra do Mar, esse é o aterro hidráulico, essa dragagem que está terminando em Antonina, e ela é extremamente eficiente no sentido de descontaminação. Aqui pode ser aterrado e você tem uma área de expansão portuária. Então, é um exemplo.

A proposta para Antonina, mais de dois milhões de metros cúbicos era fazer um aterro hidráulico prolongando o berço e servindo isso aqui como futura expansão portuária, sem ter que aterrar mangue e criar impactos na costa.

O resultado da modelagem matemática desaprovou esse aterro hidráulico, seja pelo tamanho do aterro, seja pelo layout do aterro. O resultado é que a hidrodinâmica aqui é sem aterro e aqui com aterro. Então, deu uma bagunça tão grande nas correntes locais que interfere inclusive aqui na saída do Nhundiaquara, razão pela qual não foi aconselhado usar este tipo de solução. A Ponta do Félix tem experiência com berços fechados, muito assoreamento, também não é economicamente viável para as dragagens. A solução é colocar o material ao longo da costa, numa área de baixa energia - que é aqui - para a expansão de manguezal e a futura expansão portuária ser com berços vazados, para que a água possa circular e alimentar esta área de manguezal.

Aqui é a região que pode ser aproveitada para essa dragagem. As dragagens de 2009/2010/2020 não têm área de despejo. Elas precisam ser estudadas. Nesse monitoramento ambiental, a proposta é fazer isto por meio de ilhas artificiais que é uma alternativa muito usada nos Estados Unidos e outros países da Europa.

Aqui é o resultado da modelagem, mostrou que o sedimento permanece nessa região, ele não volta para o canal - então, essa seria uma área de expansão de manguezal com material de dragagem, uma área monitorada, com uma proposta de ação compensatória para pescadores, porque eles sempre são prejudicados com as dragagens e com uma proposta de ação mitigadora para um assoreamento e este assoreamento vem dos rios, das bacias hidrográficas. Então, a proposta é ter uma política de recuperação dessas bacias hidrográficas.

Isto aqui é Antonina, 1930, quando ela era o quarto porto exportador do Brasil e esta foto está bem desatualizada, 2002. Por ser fundo de baía ela tem um assoreamento natural, mas o uso do solo e o desmatamento das matas ciliares contribuem enormemente para o assoreamento. Nos últimos 30 anos a baía de Antonina assoreou seis metros, segundo várias pesquisas acadêmicas.

Nós fizemos um estudo de toda rede de drenagem que chega em Antonina e Paranaguá. Todos os rios que desaguam nessas regiões - e diagnosticamos nove municípios - desses, dois municípios são da Região Metropolitana, Quatro Barras e Piraquara. Portanto, para que se

possa mitigar o assoreamento dessas regiões portuárias, precisa ter uma gestão territorial das bacias hidrográficas.

Nós diagnosticamos quais as áreas prioritárias para começar um trabalho de recuperação e monitoramento dessas bacias com base em três propriedades: o tipo de solo, a declividade dos terrenos e o desmatamento de matas ciliares. O tipo de solo é a capacidade de erosão desse solo. Aqui estão todas as áreas, todas as bacias e a área total que cada bacia precisa ser recuperada, conforme a prioridade: vermelho - prioridade um; azul - prioridade dois; verde - prioridade três. Esse trabalho precisa ser feito para desenvolver um bom planejamento de dragagem a médio e longo prazo.

Nós fizemos a hierarquização de todos os rios nessa região, porque sem esse trabalho não dá para fazer monitoramento do transporte de sedimentos. Com esse trabalho nós poderemos saber quanto cada bacia hidrográfica contribui para o assoreamento das baías de Antonina e de Paranaguá. É um trabalho completamente inédito no Brasil, em termos de litoral.

Senhores, estou terminando e queria dizer que embora nós sejamos instituições pequenas, estamos fazendo esse Seminário com muito pouco recurso. Hoje, esse seminário é considerado, a nível nacional, o melhor evento técnico-científico na área de dragagem. Temos inscrições do Brasil todo para participar do Seminário, portos de todo Brasil estão vindo para Antonina. Nós gostaríamos de convidá-los para participar do Seminário, porque na medida que a classe política, os órgãos ambientais, a Marinha, o Ministério Público e o Ministério dos Transportes falarem a mesma língua no que diz respeito ao licenciamento e monitoramento ambiental, mais fluídos serão os processos das dragagens e menos choradeira nacional nós vamos ter: que os portos vão fechar porque não têm dragagem. Senhores, não é o monitoramento e o licenciamento ambiental que inviabilizam as dragagens no Brasil, elas não são tão complicadas quanto parecem ser, é porque não conhecemos o assunto que nós achamos complicado.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Só solicitaria a Presidência, porque parece que na segunda-feira, hoje, parece que cumprimos as seis Sessões regimentais para que retorne a votação o projeto que muda a Constituição em relação ao recesso parlamentar.

Gostaria que esta Presidência informasse se vamos ter nesta semana ainda, a votação.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Hoje é o último dia, já está agendado para a pauta de amanhã.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna, no meu entendimento até para se fazer um encaminhamento de relacionamento nosso, aqui, na Casa. Vejam bem, tenho nas minhas mãos, Sr. Presidente, uma entrevista do Deputado Marcelo Rangel dado ao jornal Gazeta do Povo. O que diz o Deputado: “Houve ordem do Executivo para barrar o meu requerimento”. E diz o Deputado respondendo a uma pergunta do jornalista: “O senhor considera que há Deputados com amarras governamentais?” Diz o Deputado: “Deve ser terrível receber milhares de votos e ser tocado como gado, com uma varinha dizendo para onde se deve ir, ficar sentado e esperar o Líder da Bancada dizer o que fazer. Não funciona. A aprovação do meu requerimento por quinze votos a favor e quatorze contra foi uma vitória do Legislativo. Mostramos que ainda temos um Parlamento e que não pode ficar submisso ao Executivo”. Agora, imagine o disparate, me perdoe o Deputado, o despautério, quando ele analisa que se o requerimento dele não tivesse sido aprovado nós não teríamos Parlamento!

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, tenho dito que temos perdido muito tempo nesta Casa com centenas de pronunciamentos a respeito de requerimentos de informação. Logicamente que o trabalho desta Casa está sendo pautado neste início de legislatura pelos requerimentos de informação e pela discussão em relação aos mesmos. Como diria Guimarães Rosa: “No nada, coisa nenhuma”, não é nada isso diante da importância da existência do Parlamento e das necessidades que o Parlamento tem de responder concretamente as aspirações da população.

Olha, nós ganhamos as eleições. As propostas colocadas à apreciação do povo do Paraná pelo Governador Requião foram aprovadas. E estamos aqui, defendendo o Governo que saiu legitimado mais uma vez pelo resultado das urnas. Então nós, do PMDB, somos Governo, como já fomos Oposição. Mas não podemos ter uma visão singular, paroquial das coisas. O nosso Partido - e ele diz aqui que a Bancada está sendo tocada como gado - é um Partido plural. O matizamento ideológico que existe dentro do PMDB vai de um extremo ao outro. Existe o pluralismo dentro do nosso Partido, dentro da nossa Bancada. Eu, com a sinceridade de sempre, defendo que as idéias que são definidas e que precisam ser implantadas, digo que existe o pluralismo democrático dentro do Partido, dentro do Governo e dentro da Bancada. Para o meu gosto particular, o do Deputado Waldyr Pugliesi, é pluralismo até demais. Eu, pelo meu caminhar, pelas minhas palavras e pelos meus atos, abomino a extrema direita, construtora de guerras, de fome e de miséria. É a minha posição, mas eu aprendi que eu tenho a obrigação de respeitar as idéias, mesmo que elas

sejam diametralmente opostas às idéias que eu esposo, que eu defendo.

Então, veja bem, Sr. Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. talvez esteja com a síndrome do voto limpo, do PPS: votou no PPS, é bom; não votou, não presta. Não é assim, Deputado. Aqui, V. Exa. tem uma Bancada de gente como eu, como outros que caminhamos muito. Nós não caímos no meio do caminho, nem corrompidos e nem acovardados. Nós não nos ajoelhamos diante de ninguém, inclusive do Governador Requião que é nosso amigo e nosso companheiro. Ele não determinou coisa nenhuma para nós, porque ele conhece, por exemplo, quem é o Líder da Bancada. Sou companheiro, sou amigo, mas eu tenho a minha posição própria e apropriada. Como alguém chega aqui e ofende toda uma Bancada? Para quê isso? Nós nos transformamos, na palavra do Deputado, numa Bancada sem vontade. Olhe, V. Exa. desconhece o caminhar de muita gente. Eu me lembro das lutas que nós travamos aqui, em favor das democracias, das liberdades, da independência do Poder Legislativo.

Democracia sem Parlamento não existe. As agressões eu até entendo, daqueles que, de maneira açodada chegam e acham que nada existia antes. É como lá, o famoso francês “après moi le deluge”, quer dizer, “depois de mim, virá o dilúvio”. Não é assim! Não é assim! Está começando, que comece a respeitar aqueles que não comungam dos seus próprios ideais. Eu como Parlamentar, tenho uma idéia muito clara em relação a essa questão dos requerimentos que estão pautando o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Eu acho que todo mundo, todo mundo, inclusive o Deputado Marcelo Rangel tem todo o direito de fazer os requerimentos que a sua consciência, que os assessores decidirem fazer. Cabe a nós do Governo, a maioria, aprovar os requerimentos ou rejeitá-los.

No passado, o que é que nós fizemos? Através de um decreto governamental que nos obrigava - eu era Secretário dos Transportes - a responder em cinco dias, todas as indagações que eram feitas. Eu procedi dessa maneira. Se fizerem um levantamento na minha secretaria, verão todos, que nunca nós chegamos no sexto dia sem responder aquilo que estivessem perguntando.

Agora, na prática, fui várias vezes Prefeito, mas quando Prefeito, eu tinha minoria, eu era o único Vereador do MDB e, em seguida Prefeito do meu município. A Oposição fabricava requerimentos para tumultuar a administração. Centenas de funcionários da prefeitura eram obrigados a varar a noite para atender os requerimentos de informação e, quando chegavam lá, eles jogavam fora, porque o que eles queriam era se colocar contra um camarada como eu, de esquerda, sem fazer média com ninguém, que tivesse destruído uma oligarquia e chegado ao poder. Mas nós trabalhávamos dia e noite, para atender os requerimentos.

Lá na Secretaria dos Transportes, uma vez um Deputado que não está aqui, ele não se reelegeu, fez um pedido de informação, e lá pelas tantas eu telefonei: olha,

eu estou abrindo uma licitação, contratando dezoito carretas Scânia Vabis - nem sei se isso existe - para levar um documento que você está pedindo. Porque ele queria saber do primeiro documento, até o que o Pedro Álvares Cabral pediu quando montaram o primeiro barraco na praia.

Tinha gente, já naquela época - que a esperança de ser sempre Governo - já estava lá querendo uma boquinha no Governo também.

Estou fazendo esse pronunciamento porque eu quero deixar bem claro aqui que nós temos serenidade e coragem para ver as coisas do jeito que elas são. Particularmente, acho que tudo deve ser respondido. Agora, não podemos nos tornar reféns da nova indústria que surgiu no Paraná: a indústria dos requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PSDB, PFL, PT, PP. Com a palavra o Deputado Antonio Belinati

(Ausente de Plenário)

Bloco PSB/PL/PRB/PV.

Bloco PPS/PMN.

(Declinam)

PDT. Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno

O SR. EDGAR BUENO

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estive em Coronel Vivida na noite de sexta-feira, participando das homenagens a Ernesto Stédile, falecido em 31 de janeiro de 2006, ele que foi uma das personalidades mais marcantes da vida política e social daquele município, membro fundador e militante incansável do Partido Democrático Trabalhista.

A forte chuva não impediu que o povo lotasse o plenário da Câmara Municipal, permanecendo do início das homenagens às 20h, até por volta das 22h.

Após execução do Hino Nacional, em cerimônia inicial, foi descerrada placa alusiva ao Plenário Vereador Ernesto Stédile, pela esposa do homenageado Leonyda Nichele Stédile, pelo Prefeito Pedro Mezzomo e pelos Vereadores Humberton Viana e Santo Luiz Felipe.

Depois foi lançado livro com o título “*Ernesto Stédile - Nosso pai, nossa vida*”. Trata-se de verdadeiro libelo que evidencia a importância de Ernesto Stédile para o desenvolvimento de sua família, do Município de Coronel Vivida e do PDT paranaense e nacional.

Este encontro também contou com as presenças dos Deputados Barbosa Neto (federal) e Augustinho Zucchi (estadual), este inclusive credenciado a representar o Senador Osmar Dias; o ex-Prefeito Nivaldo Orlandi (Embú das Artes/SP) e os Prefeitos José Baka Filho (Paranaguá) e Roberto Viganó (Pato Branco).

Inúmeras mensagens chegaram ao local, enviadas por amigos que reforçavam o carinho que a população de Coronel Vivida mostrava ali, com prestígio maciço à memória de seu pioneiro e pai de família exemplar, empreendedor e companheiro inseparável do legendário líder Leonel Brizola.

Assim destacaram os Deputados Federais Paulinho da Força (SP), Giovanni Queiroz (PA), Brizola Neto (RJ) e Miro Teixeira (RJ). Assim destacou o ex-Deputado Léo de Almeida Neves, que se recupera de cirurgia à qual foi submetido recentemente em São Paulo, porém não deixou de recordar os laços de amizade que manteve com o homenageado desde os tempos de Getúlio Vargas, João Goulart e Abilon de Souza Naves.

A Ernesto Stédile rendemos nossa homenagem, em nome da Liderança do PDT na Assembléia Legislativa. Somos gratos pelo que ele fez ao nosso Partido, mas principalmente pelos exemplos de vida que imortalizou na consciência de incontáveis amigos e familiares.

Muito obrigado”.

Nessa homenagem, além de tantos pronunciamentos, nós reforçamos uma coisa que é um pouco difícil, Dobrandino, em política, que é a questão do respeito e da amizade.

O Ernesto Stédile era amado pelos seus parceiros, era respeitado pelos seus adversários. Hoje em dia é muito difícil você ver isso, mas quando o homem trabalha em prol da comunidade, com a seriedade que sempre lhe foi um ofício, sabemos que até os adversários políticos o respeitam.

Por isso, meu caro Valmor Stédile, filho de Ernesto Stédile que está aqui distribuindo alguns exemplares aos Srs. Deputados, gostaria também que distribuísse alguns para a imprensa se for possível.

Hoje, para os Srs. Deputados é de graça. No meu gabinete, o Valmor vai vender a R\$ 5,00 e nas livrarias é R\$ 10,00. Os que aproveitarem hoje, terão o privilégio de levar gratuitamente esse bom livro que é um exemplo para nós paranaenses.

Quero Sr. Presidente, falar de um outro assunto aqui que atinge todos os Estados da Federação. Recebo aqui da Agência Estado do dia 15 de março, a seguinte informação: “Radar, indústria da Multa - Punição de todos os tipos, entretanto, estamos inseguros em qualquer velocidade”.

Em dez anos, São Paulo arrecada 3,2 bilhões em multas. A vida do paulistano, no cotidiano do trânsito em São Paulo, seria muito mais fácil se o dinheiro arrecadado pela Prefeitura com as multas fosse, como manda a lei, investindo na melhoria do tráfego da cidade.

Nos últimos dez anos, desde que a fiscalização eletrônica foi implantada na Capital, de 1997 a 2006 entraram nos cofres municipais 3,2 bilhões com multas aplicadas por radares, lombadas eletrônicas, câmaras fotográficas, semáforos e também pelos “marronzinhos”.

Esta é uma notícia que chama a atenção de todos nós, apesar de estarmos distantes do Município de São

Paulo, mas sabemos que as “armadilhas” dos radares eletrônicos significam corrupção, significam muito ganho de dinheiro, significam dinheiro no bolso de políticos corruptos, que dão sustentação a este tipo de “armadilhas”.

Cada dez negócios de radares, onze têm corrupção. Por isso, o nosso registro, porque o dinheiro do bolso do povo paranaense, do povo brasileiro está sendo tomado a cada dia, com estas “armadilhas”, sem resolver o problema do trânsito. Porque nem o dinheiro arrecadado das multas eles investem na melhoria, na qualidade e na segurança do trânsito.

Por isso este registro, com mais veemência.

Vejo aqui na platéia, meu amigo Jorge Sonda, que deve estar concordando com este registro que faço, aqui, porque é um verdadeiro abuso para com o povo, um verdadeiro abuso para com o cidadão.

O Sr. Nereu Moura (PMDB) (Aparte)

Deputado Edgar Bueno, concordo com a posição de V. Exa. em relação à segunda parte de vosso pronunciamento, quero, entretanto, abordar a primeira fase do pronunciamento de V. Exa.

V. Exa. esteve em Coronel Vivida participando da homenagem ao pioneiro do Sudeste do Paraná, de uma das famílias mais tradicionais do Sudoeste do Paraná, que é o Sr. Ernesto Stédile. Muito embora não pudesse estar presente naquele evento, Deputado Edgar Bueno, quero me somar a V. Exa. neste justo reconhecimento a esta figura que simboliza toda a raça, todo o desprendimento, a força e a garra do povo do Sudoeste do Paraná. A família Stédile é uma família tradicional, que começou lá na década de 70, com Paulino Stédile, que foi Prefeito de Coronel Vivida por duas vezes e que teve, na seqüência, o Sr. Ernesto Stédile e também pai do Walmor Stédile, um pedetista tradicional aqui do Paraná e que V. Exa. estando presente, com certeza representou esta Assembléia Legislativa. E eu gostaria de me sentir representado por V. Exa., um fato que me deixaria extremamente feliz de poder presenciar, participar, poder prestigiar a família do Sr. Ernesto Stédile, por estar lembrando os passos deste pioneiro, que como outros ajudaram a desbravar o Sudoeste do Paraná.

Parabéns a V. Exa. Eu recebi um exemplar do livro e terei um prazer imenso em poder lê-lo com tranqüilidade, em minha casa. Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Lembrando, então, já que V. Exa. toca neste assunto tão importante para nós, do Paraná, como um grande exemplo de vida, eu só gostaria de lembrar que o Ernesto Stédile foi quatro vezes Vereador da fundação do Município, mais três mandatos, sempre o mais votado do município. E no quinto mandato que ele pleiteava, concorreu à prefeitura, e foi o candidato que fez muito mais votos do que o segundo colocado. Porém, a legenda, a sub-legenda do velho PSDB e Arena, os dois candidatos

se somaram e por pouco o nosso querido Stédile, não se elegeu.

Nunca se afastou da vida política, mas a partir daquele momento, acredito que também com um pouco de desgosto, ele abandonou a vida pública, mas participou ativamente de todos os lançamentos, campanhas de outras candidaturas. Tanto é verdade que vários dos seus parentes, além de vários mandatos de Vereadores, também foram Prefeitos da cidade.

Muito bem lembrado por V. Exa. Agradeço, em nome da família e em meu nome.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Permita-se, nobre Deputado, me associar a V. Exa. na homenagem a essa família que tive o privilégio de conhecer e a quem o Paraná deve grandes tributos. Feliz do Estado cujos paranaenses tiveram o privilégio e a honra de poder contar com uma figura tão...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita ao Deputado Belinati que fale mais perto do microfone.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nossa homenagem à família Stédile e aos seus filhos.

Estou vendo o carinho dos filhos na elaboração desse livro, desse material, porque não é fácil, tem um custo, tem uma dedicação, tem um estudo, tem um levantamento - que deve ter levado muitos anos - mostrando o carinho dos seus filhos, da sua família para com esse grande brasileiro: Ernesto Stédile.

No tocante aos radares...

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Aos radares eletrônicos?

A Prefeitura, nos últimos dez anos, colocou nos cofres daquele município 3,2 bilhões e não está investindo na segurança do trânsito.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Mas, eu lamento que V. Exa. está ofendendo a administração do PT de Londrina, porque está na imprensa de ontem que a Prefeitura está com várias obras paralisadas, aparentemente por falta de recursos, e vai investir mais onze milhões e oitocentos mil reais na indústria da multa, que é o radar.

Não sei se V. Exa. estava com a intenção de dar uma alfinetada na administração de Londrina.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado Belinati, não me passou isso pela cabeça, porém, eu disse que esta atitude dos radares, dos negócios dos radares, preocupa toda Federação.

Isso está impregnado em todos os Estados, em todos Municípios, corrupção de toda monta, desvio de dinheiro e pagamento de campanhas. Isso eu disse porque

tenho acompanhado muito de perto e jamais uma autoridade aceitaria penalizar o cidadão, o povo, se não estivesse levando o dele por debaixo do pano.

Então, fica aqui esse registro, sem me dirigir nem a Londrina, nem a qualquer outro município, mas estou generalizando. Então, todos que se sintam ofendidos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos encaminhando um projeto de lei diz o seguinte:

“Art. 1º Fica estabelecida isenção de pagamento de tarifas em praças de pedágio instaladas em rodovias do Estado do Paraná para ônibus especiais que transportam estudantes para outros municípios e que façam uso do trajeto regularmente.

Parágrafo Único. A comprovação a que se refere este artigo deverá ser feita por meio de declaração de matrícula do estabelecimento de ensino, com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sr. Presidente, tenho procurado analisar essa novela que já se arrasta desde o Governo Jaime Lerner sobre a instalação de pedágios no Paraná.

Tenho absoluto medo de avião. Quando viajo de avião, faço isso preso na poltrona. Anunciam quarenta minutos de voo, mas parece que meu relógio está com a pilha fraca e daí que o avião não chega nunca. Então, me utilizo muito do transporte de carro e, mais ainda, de ônibus, como ainda ontem voltei para a Capital num ônibus regular de linha da Viação Garcia.

Há pouco tempo, saí de Londrina de carro, fui até Brasília, estouraram três pneus na viagem, o carro caindo em buracos - teve um trecho até, da rodovia que vai de Londrina para Brasília, e coincidiu que um sobrinho meu que é Juiz federal, estava em Marília - interditou uns quarenta quilômetros da rodovia por absoluta falta de condição de uso até chegando dentro de Brasília, para quem vai de carro, quase na porta da casa do Presidente da República, do Ministro do Transporte, etc.

No Paraná, a rodovia melhorou com o pedágio? Sim, melhorou. O povo é a favor ou contra o pedágio? Opiniões as mais diversas!

Chego até a desconfiar que se houve uma pesquisa para acabar com o pedágio no Paraná, vai apontar que a maioria não quer que acabe. Mas, a maioria é contra o alto preço da tarifa do pedágio. Isso é inegável.

Então, há uma diferença: o povo quer a rodovia bem conservada, quer a ambulância para as emergências,

quer o guincho, quer a duplicação das rodovias - ninguém pode negar que houve uma melhora nas rodovias pedagiadas do Paraná - no entanto até pela idade que tenho, Deputado Cheida, já caminhando para o final da carreira política até a contragosto, pela idade, mas tenho observado, Presidente Nelson Justus, que de um bom tempo para cá não tenho visto mais as empresas concessionárias de pedágio fazer duplicação de rodovias. Acomodaram-se. Ninguém pode negar. Salvo equívoco de minha parte, se não estiver enxergando direito.

Então, Sr. Presidente, alguma coisa grave tem nessa história do pedágio, além do descontentamento da grande maioria dos usuários em relação ao preço. Não propriamente dito ao pedágio.

Por isso, Sr. Presidente Nelson Justus, aproveito esta tarde em que estou dando entrada neste projeto, para cobrar das autoridades que fiscalizem com todo rigor, todas as empresas concessionárias de pedágio. Vamos pagar o pedágio, temos de pagar, é lei, é irreversível? Não tem mais jeito? Vamos pagar. Mas, vamos fazer também o que está no contrato, que é fazer ponte onde falta, fazer uma segunda ponte, fazer a duplicação.

Deputado Romanelli, olha que faz um bocado de tempo que implantaram o pedágio no Paraná e nessa estrada, principalmente na Serra do Cadeado, na região de Ortigueira onde morre muita gente, porque é um trecho bastante perigoso, ali fizeram um pedaço de duplicação da rodovia. Parece o chamado “pega trouxa”. Houve aquela empolgação, vão duplicar toda a Rodovia do Café, e não falta muito, o trecho para duplicar a Rodovia do Café e tantas outras rodovias de tráfego de grande intensidade.

Vejo a rodovia que vai de Maringá, passando por Campo Mourão, por Cascavel, chegando em Foz do Iguaçu, com a necessidade premente da duplicação para reduzir os acidentes. O trecho que vai de Londrina até Ourinhos e tantas outras estradas. A região de Guarapuava que é uma estrada perigosa, tem matado muita gente e fica aqui a nossa estranheza: o que está sendo feito de concreto? Tem muito debate sobre tarifa. O povo quer a tarifa mais barata e eu também quero! Pago pedágio! Alguém até falou; ah, você não precisa pagar pedágio porque é Deputado. Passo em todas as praças de pedágio e pago.

Tão importante quanto se discutir se a tarifa do pedágio é correta ou não, se está cara ou não, acho que está cara e temos que cobrar de todas as concessionárias, para que elas invistam e cumpram com o seu contrato. Daí o alerta e o apelo ao Governador Roberto Requião, ao Secretário dos Transportes do Paraná, o próprio Ministério Público do Estado do Paraná, para que peguem os contratos sobre o pedágio e verifiquem por que as concessionárias estão enchendo os seus grandes cofres de verdadeiras fortunas e financiando, inclusive, políticos. Porque está em um relatório - fizeram CPI do Pedágio e está na Justiça Eleitoral, aqui, que teve Deputado desta Casa que acabou levando uma fortuna para fazer campanha.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado Antonio Belinati, eu ouço com atenção o pronunciamento de V. Exa. e posso dizer que tem procedência, assim como V. Exa., eu também. Minha cidade é Marechal Cândido Rondon. Da Capital até Marechal Cândido Rondon são seiscentos quilômetros. Toda semana eu viajo por essa região, ou de ônibus ou de carro. Antes do pedágio não tínhamos condições de trafegar. A BR-277 era conhecida como a “rodovia da morte”, principalmente, no trecho de Cascavel a Foz do Iguaçu, fora a rota Marechal Cândido Rondon. O Edgar Bueno, que é Deputado de Cascavel e o Dobrandino, em Foz do Iguaçu, sabem tão bem ou até melhor do que eu, quantas pessoas morriam naquele trajeto. No contrato original havia a duplicação de Cascavel até Foz do Iguaçu e, gradativamente, acho que até 31 de dezembro de 2002 deveria estar concluída a duplicação de Foz do Iguaçu até Medianeira. O que efetivamente aconteceu, como também de Cascavel até o trevo de Capitão Leônidas Marques - deveria estar concluído, não me lembro da data exata, até 31 de dezembro de 2006 ou 2007, mas com toda a certeza já estaria, se não concluída, quase. Veio o atual Governador e fez uma negociação com todas as rodovias, com todas as concessionárias do Estado do Paraná, reduziram o custo do pedágio por um período - se usou isso também no Governo Jaime Lerner - em 50%.

Vamos fazer uma análise, sem paixão partidária, e dizer o que efetivamente aconteceu. Foi reduzido em 30% o custo do pedágio e retiraram todos os investimentos. O que é investimento? Qualquer obra. A duplicação de Cascavel a Medianeira: “babau”, se foi. Os trevos: “babau”. As terceiras pistas de Cascavel até Três Pinheiros: “um abraço”, não sai mais. O pedágio continuou aumentando e voltou ao preço original. Esse é um tema muito apaixonante, que deve ser discutido com toda a profundidade.

Eu, particularmente, Antonio Belinati, gostaria de andar em rodovias boas e não precisar pagar pedágio. Mas, infelizmente, o pedágio existe em todos os Estados, implantado por Governadores do PDT, do PSDB, do PT, do PFL, de todos os Partidos e existe no mundo inteiro, inclusive na China que é um país comunista. O pedágio, hoje, infelizmente, é um mal necessário. O que tem que se discutir é o preço - mas não com o rompimento unilateral dos contratos - em uma negociação com as empresas.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Ilustre Deputado Antonio Belinati, não vamos entrar nessa questão eleitoral, de registrar e lembrar que o

Jaime Lerner baixou 50%, para ganhar as eleições - isso é uma verdade. Mas o preço é abusivo. A falta de investimentos é notável. Cascavel, Foz do Iguaçu, até Medianeira está duplicado, mas é importante lembrar e ressaltar que até Santa Terezinha de Itaipu, quem fez foi o Governo Federal. Não foram as concessionárias. Daqui a pouco elas recebem, como ouvi há pouco, o Deputado Elio Rusch dizendo, mas não foram as concessionárias, apenas a concessionária fez de Santa Terezinha até Medianeira.

E aí, fico lembrando aqui da dificuldade que têm os caminhoneiros, pais de famílias que têm como único instrumento de trabalho um caminhão, e esse pai de família é quem dirige para ganhar o pão de cada dia dos seus filhos, e quanto esse cidadão ou todo o povo do Paraná é penalizado com o valor abusivo. Registro aqui o abuso do valor elevado que se paga nos pedágios e a “arapuca” é de setenta em setenta quilômetros. Pelo menos que se cobrasse a ida e não se cobrasse a volta, mas de setenta em setenta quilômetros você tem uma “arapuca” armada, ganhando muito dinheiro, e o pior é que não sabemos qual é o destino do dinheiro, porque são multinacionais que tocam os pedágios e não sabemos para onde vai o dinheiro.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Concluindo, Sr. Presidente, as concessionárias estão acomodadas. É preciso cutucá-las e exigir que elas cumpram aquilo que está em seus contratos. E esse projeto meu de não cobrar pedágio de quem é estudante tem lógica, porque o Governo não consegue colocar a escola adequada ao aluno em todos os municípios e tem aluno que mal tem dinheiro para a sua sobrevivência, não tem dinheiro para pagar uma escola e ainda tem que pagar o pedágio. Acho que o mínimo é dar a isenção para os ônibus que transportam os estudantes.

E por último, Sr. Presidente, volto a insistir que temos que discutir, sim, as tarifas caras do pedágio, mas também simultaneamente fazer com que o contrato seja cumprido, sejam feitas as terceiras pistas, sejam feitas as pontes e as duplicações estabelecidas em contrato.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, fiquei abismado com o pronunciamento do Deputado Belinati e queria chamar a atenção dos demais Deputados que ele falou aqui, agora, no seu pronunciamento, que algum Deputado recebeu dinheiro em troca de alguma coisa da CPI do Pedágio. Se não me falha a memória, ele falou isso e deixou bem claro, que algum Deputado foi eleito com o dinheiro da CPI do Pedágio ou alguma coisa assim. Queria que ele esclarecesse, porque vai ficar uma dúvida aqui entre os companheiros e eu nunca tive nenhum tipo de envolvimento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Só informar que está no TRE a prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli, no Horário da Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ouvi o Deputado Antonio Belinati e também o Deputado Edgar Bueno de forma genérica, de fato, atribuir atos de corrupção à autoridades. Penso que generalidades, prezados Deputados - que são políticos experimentados - a generalidade na atribuição de crime, principalmente crimes daqueles que são mais visados do ponto de vista da opinião pública, para um homem público, é muito perigoso. Por isso, penso que de fato temos que tomar um certo cuidado em relação a esse tema. V. Exas. são pessoas experimentadas. Agora, que de fato são preocupantes esses temas, são.

Em verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ora, todos nós sabemos que o pedágio no Paraná, quando foi implantado, foi implantado em um acordo - já fui processado por isso, mas vou repetir - foi feito por um acordo, um conluio entre as empreiteiras que ganharam os lotes de pedágio. E falo isso com a tranquilidade que nesta Casa aqui, representando o meu Partido, o PMDB, votei contra a Lei de Concessões e Permissões que permitia a implantação do pedágio no Estado do Paraná.

E o fato é que o pedágio está lá, está no mundo real. Melhorou as condições das rodovias? Melhorou.

Agora, também temos que reconhecer que o dinheiro público bem investido também recupera as rodovias, basta ver o trabalho feito na última administração, com quase 5.000 quilômetros de estradas recuperadas, restauradas com o dinheiro público e sem pedágio. Agora, também é importante reconhecer que cada vez que o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes ou do DER age para fazer com que as concessionárias, que são as empreiteiras que receberam esse presente - eu diria desta forma - receberam esse presente, cada vez que se mobiliza o Governo para poder fazer cumprir aquilo que está no contrato, o que acontece? Vai lá a concessionária e busca a tutela jurisdicional, especialmente, é claro, da Justiça Federal que, reconheçamos, quase que imobiliza a ação fiscalizadora do Governo do Estado.

Então, este tema do pedágio - eu confesso a todos que acho que é um tema que, como tenho dito aqui sempre - se pudéssemos aprofundar os temas, qualificar a discussão, certamente nós poderíamos, talvez, contribuir de uma forma objetiva para poder superar isso que relata o

Deputado Antonio Belinati. Eu também, Deputado Antonio Belinati, sou londrinense, vou toda semana para a nossa cidade, para a nossa região, ando pela Rodovia do Café, é uma vergonha o estado da Rodovia do Café pedagiada, é uma vergonha! Falando o português claro, a gente vai tropicando daqui, vai e volta. E o fato é que quando você cobra, efetivamente você tem ação judicial que impede qualquer ato contra os senhores da rodovia, como os senhores feudais que têm absoluto controle sobre o trecho que foi concedido e fazem o que querem nessa rodovia e lamentavelmente sempre buscando a tutela jurisdicional e com isto não executando as obras que são necessárias.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, queria fazer um registro: o senhor sabe muito bem que em 1998 chegamos a fazer piquete nas rodovias pedagiadas, juntamente com o então Senador Roberto Requião, aonde nós protestávamos com este ato. É um ato abusivo, que explora a população. V. Exa. acompanhou muito bem este trabalho. Com referência a este seu cuidado, no sentido de falar da fiscalização eletrônica, que não quer generalizar - Deputado, nós políticos estamos sempre no fio da navalha - temos que ter posição, e claras. Essa questão da fiscalização eletrônica cheira corrupção, é sinônimo de corrupção. Os inventores dessa engenhoca, já chegam nos Prefeitos ou naqueles que têm influência com os Prefeitos ou com os Governadores oferecendo a propina, separando a parte da malandragem.

Então, como nós temos que correr risco mesmo - eu estou generalizando e dizendo isto até porque fui Prefeito de Cascavel - em todas as vezes que me abordaram para tentar colocar a engenhoca eletrônica em Cascavel, todas as vezes vinham com uma proposta de propina. Por isso que eu digo: oferecem para todo mundo e são poucos os que não pegam.

Por isto aquele registro, Deputado, e eu não retiro absolutamente nada do que disse.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu acho que V. Exa., Deputado Edgar Bueno, faz uma afirmação, as palavras são suas, V. Exa. é uma pessoa que eu respeito muito, é maior de idade e sabe o que está falando e certamente conhece. Eu não conheço esta modalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu subi à tribuna para falar sobre a questão do Porto de Paranaguá, mas eu não poderia deixar, por um minuto, falar uma única questão que parece que a nossa Assembléia, na última semana, só tinha como tema para debater aqui requerimentos de pedido de informação. E aí eu falei da tribuna da Liderança do Governo sobre a questão dos requerimentos de pedido de informação. Então, queria dar uma informação a V. Exas.: eu pedi que a assessoria da Lide-

rança do Governo, Sr. Presidente, fizesse um levantamento, e a assessoria da Mesa colaborou com este levantamento, para que nós identificássemos nesta Legislativa, especialmente, nesta Sessão Legislativa, quantos requerimentos de pedido de informação haviam sido aqui apresentados, excluindo os pedidos de envio de expediente e outros pedidos, os pedidos de informação. Vejam como se criam tigres de papel! Foram 87 os pedidos de informação apresentados aqui nesta Casa, até a Sessão de quinta-feira, 87 pedidos. Foram aprovados 72 desses requerimentos de pedido de informação, apenas dois que nós encaminhamos contrário à aprovação foram aprovados, mas no total foram 72, ou seja, 82,7% dos pedidos de informação foram aprovados integralmente pela Bancada que compõe a base de apoio do nosso Governo, sendo sete requerimentos rejeitados e oito requerimentos retirados pelos autores.

Então vejam V. Exas. contra que tigre de papel estamos lutando! Sinceramente aqui, 82,7% demonstra claramente como tem sido pautada a nossa conduta, pela transparência, e fundamentalmente pedido de informação com fato determinado, específico, com foco, certamente vai merecer, da nossa parte, encaminhamento favorável.

Quero dar estes dados aqui porque são dados interessantes e infelizmente muitas vezes compromete até a imagem do Legislativo, na ânsia de se discutir um tema. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: temos que aprofundar esse tema porque tanto a nossa Constituição quanto o nosso Regimento prevêm como deve se pautar a conduta desta Casa em relação aos requerimentos, às proposições de modo geral e nós somos escravos do nosso Regimento, somos escravos da Constituição do Estado do Paraná.

Por isso digo a V. Exa. que nós temos aqui é que debater o conteúdo, o mérito, debater os temas que são importantes e fundamentais. Olhem aqui, eu pedi à minha assessoria que preparasse esse levantamento porque 82,76% do total de pedidos de informação apresentados foram aprovados por esta Casa! Por isso quero dizer a V. Exas. que temos condições de estarmos discutindo e debatendo.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer, - embora o Deputado Valdir Rossoni me peça aparte mas o horário está esgotado, acho que não posso conceder - mas queria dizer ao Deputado Elio Rusch que o nosso Presidente está encaminhando, via eletrônica, um CD da Secretaria de Estado da Fazenda referente ao quarto trimestre de 2006 que é a matéria da audiência que vai ser tratada no próximo dia 22, às 9 da manhã, aqui nesta Casa. Eu penso que é muito importante nós debatermos, sim, a situação econômica e financeira do Estado do Paraná, é um tema da maior relevância para todos nós.

Para concluir, queria dizer que amanhã farei um pronunciamento sobre o fim da ação trabalhista que tínhamos em Paranaguá. Amanhã eu gostaria de falar sobre isso, esgotei o meu horário de outra forma, mas fico

feliz de aqui poder ter expressado um dos temas que acho muito importante.

Obrigado pela sua compreensão com o horário.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para registrar, com bastante pesar, uma perda. O Paraná e Maringá em especial, perdeu um homem ontem à noite, ex-Secretário da Agricultura do Estado do Paraná do primeiro Governo Ney Braga, Cidadão Honorário do Estado do Paraná, carinhosamente chamado como Jardineiro de Maringá, o engenheiro Anníbal Bianchini da Rocha. A história de Maringá e o ajardinamento e arborização da cidade - que é conhecida como uma das mais arborizadas do país - deve-se a este homem, Anníbal Bianchini da Rocha, pioneiro, um homem que até os últimos momentos de sua vida lutou e ensinou a todos os maringaenses, paranaenses e brasileiros o respeito e o amor ao meio ambiente, a vida e a arborização. Então, gostaria de deixar aqui o nosso registro, em nome da nossa Cidade de Maringá e também do Paraná o nosso respeito e pesar a toda família do Dr. Anníbal Bianchini.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança da Oposição: Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso do horário da Liderança da Oposição - e quero agradecer ao Deputado Valdir Rossoni - não por mais de cinco minutos, porque pretende ele fazer uso do restante do horário, para chamar a atenção sobre um assunto que está sendo comentado, aqui, para que possamos debater isso com maior profundidade.

Você sabe que de vez em quando criamos teses ou tendências, ou somos levados a andar sob determinados pensamentos e que logo depois percebemos que isso não correspondia a profundidade daquilo que acabamos de fazer. Às vezes acontece de pensarmos assim: olha, tomou-se como norma geral que agora o Deputado que não está aqui na sexta-feira - sexta-feira a Assembléia não tem ninguém - como se as teses, como se os projetos, como se aquilo que nós defendêssemos não dependesse da construção disso com a sociedade. Não imagino que algum Deputado, aqui, possa ter passado o final de semana com a sua família. Com certeza deve ter participado de muitas reuniões. E às vezes se passa isso como tese absoluta. Olha, não está a Assembléia fazendo o trabalho que deveria fazer.

Há poucos dias, levantado de forma inteligente, com palavras calmas pelo Deputado Caíto Quintana, veio

à tona algo que na minha opinião precisamos discutir: requerimento. Primeiro, ouvi assim, bem devagarinho, que os requerimentos tinham argumentos políticos. Fiquei pensando, porque obviamente, aqui é uma Casa que não pode ter outro entendimento que não seja a vinculação daquilo que é político, daquilo que é público, daquilo que é preciso realmente se discutir.

Não vou falar, aqui, da prerrogativa que o Deputado tem, dado pelo Regimento Interno, pela Constituição, não. Vou falar, por interpretação, que possa estar havendo excesso de requerimentos, ou que eles tenham cunho político, nós acabarmos com a apresentação de requerimentos. Daqui a pouco nós assistiremos na imprensa falada, escrita, televisada ou enfim, andando por aí, todos os assuntos que são pertinentes à administração pública, que envolve dinheiro público. E nós temos a missão da representação. Não posso abdicar da representação que tenho, mesmo que quisesse fazê-lo. A representação me obriga a pedir informação se eu assim entender. Agora, sobre se vai ou não aprovar, deve-se haver o embate político. Não vejo por quê não. Por que é que não se pode discutir um requerimento que pretenda ter uma informação, que o Governo acha que não se possa dar essa informação, ou enfim que não se possa debater o objetivo desse requerimento? Não, acho que nós temos que aprofundar essa discussão, porque a Assembléia não pode tomar uma posição como esta, como algo definitivo. Talvez possamos questionar o grande número de requerimentos, o teor dos requerimentos. Me parece que passar essa delegação para que o Parlamentar apresente direto à Mesa e a Mesa encaminhe para o Governo, qual é a razão de se fazer outro caminho que não seja a discussão pública do requerimento? Têm certos requerimentos que aparecem na discussão que eu não teria conhecimento se não fosse a discussão pública que tem aqui no Plenário.

E a sociedade, então? Se nós, que somos Deputados, não podemos saber do requerimento que um Deputado apresenta individualmente, imaginem a sociedade! Se o requerimento tem ou não tem nexos, se é ou não é apropriado, a sociedade é que vai ter essa compreensão. “Olhem, o Deputado fez um requerimento sem pé e sem cabeça!” ou “o Deputado fez um requerimento que pode representar o interesse da sociedade”.

Deputado Nelson Justus, eu acho que requerimento - e sei que V. Exa. emitiu parecer e sei em que razão emitiu parecer pessoal nesse sentido - eu acho que temos que discutir como é que vamos proceder com relação à questão dos requerimentos. Agora, simplesmente subtrair essa prática aqui no Parlamento, não! O Parlamento é discussão! Muita gente diz que nós não somos responsáveis por fazer obras. Não somos! Disse o Deputado Ibsen Pinheiro, que volta ao Congresso Nacional, de uma coisa que era importante no tempo em que saiu e depois, no tempo em que voltou: “nós somos aquilo que representamos na sociedade”. Nós temos que construir

propostas, através da discussão, independentemente de que lado esteja o Parlamentar.

Eu via que tinha uma discussão sobre o pedágio, mas o pedágio já foi e já voltou. Teve um bolo para inaugurar uma CPI. Depois teve a CPI e ninguém viu o relatório até hoje. Depois, ia acabar, não acabou. Quer dizer, é a discussão, e eu acho a discussão extraordinária, porque dá a possibilidade de nós vermos o contraditório.

Então, venho aqui, Sr. Presidente, para dizer que nós não podemos simplesmente imaginar que daqui a pouco, não vamos mais ter a discussão de requerimentos aqui na Assembléia. É uma opinião pessoal que eu tenho. Acho que se está errada a forma de apresentação do requerimento, nós temos que disciplinar no Regimento Interno. Conceitualmente, não podemos abolir. Regimentalmente, nunca, porque isso faz parte da prerrogativa de qualquer Parlamentar, de saber dos negócios públicos, como fez o Governador, do alto desta tribuna, quando veio apresentar a mensagem, quando se elegeu. Ele disse assim e eu entendi. A que base o Governador Requião pertenceu até hoje, na Assembléia? Eu era estagiário aqui. Ele não pertencia à base nenhuma. Ele defendia as suas convicções. Ele aqui falou: “todas as informações do nosso Governo serão prontamente atendidas pelos Secretários, pelos órgãos de Governo”. Ele colocou uma Ouvidoria para que pudesse ouvir os problemas que qualquer cidadão possa encontrar dentro da Administração Pública.

Então, eu gostaria de colocar esta nossa opinião, para que possamos discutir com maior profundidade.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Na verdade, eu hoje tinha feito um voto de silêncio e não vou nem apartear-lo. Eu vou continuar no meu voto de silêncio no dia de hoje, para responder isso que estão discutindo, porque os requerimentos polêmicos trazidos a esta Casa, foram feitos por este Deputado. Eu prefiro responder no dia de amanhã, mas só o meu silêncio, já dá para dar a interpretação sobre o que é que eu estou pensando.

Obrigado.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB) (Aparte)

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. realmente faz um arrazoado de idéias deste Plenário, que nos dá motivação para fazer este aparte.

Quero crer, como V. Exa. muito bem falou, que o objetivo de todos nós estarmos aqui, é trazermos para cá o sentimento da sociedade paranaense. Lamentavelmente, eu vejo uma iniciativa equivocada por parte do Líder do Governo tentando barrar a iniciativa dos Srs. Parlamentares em trazer para cá a apresentação dos requerimentos que possam, com certeza, colocar questionamentos ou dúvidas sobre o Governo Estadual.

Ora, parece-me que o que falta, e poderá acontecer na sequência se essa iniciativa for realmente aprovada,

nós cercearmos o direito dos Srs. Parlamentares de fazer apartes, fazer pronunciamentos da tribuna desta Casa. Porque se nós não pudermos usar dessa prerrogativa que nos foi concedida através do voto, lamentavelmente não há razão de existirmos aqui, como Deputados Estaduais.

Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento. Quero crer que essa iniciativa será totalmente abdicada a idéia do Líder do Governo, em querer barrar a iniciativa de apresentarmos o requerimento nesta Casa.

O SR. AUGUSTINO ZUCCHI (PDT)

Obrigado pelo aparte Deputado Traiano.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

Até pela relevância, pelo conteúdo que eu vou falar, porque olha, ou eu estou falando numa outra língua, que o Deputado Traiano não entende. Olha, eu estou dizendo com todas as letras, e V. Exa. vinha muito bem no seu pronunciamento e eu concordando com ele integralmente, porque o que nós temos que fazer e respeitar aqui nesta Casa, é justamente o direito de cada Parlamentar de exercer, na plenitude, o seu mandato. Este Plenário é soberano. Compete a este Plenário aprovar ou rejeitar o requerimento, discutindo o conteúdo de acordo com a Constituição e com o Regimento.

Quero dizer que essa Liderança do Governo, quer ver, sim, esse debate travado, a discussão de cada um dos requerimentos. A questão é, Exa. que quando falamos em política - política, não politicagem - aquele requerimento que tem um aspecto implícito, na verdade uma tentativa de às vezes quase criminalizar uma conduta, é neste sentido que nós temos encaminhado contra esses requerimentos. Agora, a liberdade de informação é absolutamente importante.

E mais, eu sou absolutamente contra esse sistema que - embora respeite a opinião do Deputado Caíto Quintana, que se manifestou aqui, na Sessão de quinta-feira, e também do próprio Presidente Nelson Justus - mas eu sou contra ser encaminhado de uma forma paralela os requerimentos à Mesa, para que sejam encaminhados, aos diversos órgãos do Governo. O requerimento tem um rito e esse rito tem que ser seguido. A maioria do Governo ou aprova ou rejeita, como, aliás, não é a maioria do Governo, o Plenário é que tem votado inclusive requerimentos, já vetou requerimentos, que o Plenário todo rejeitou o requerimento formulado. Ou seja, de fato a nossa discussão tem que ser sobre o conteúdo, e o debate, Deputado Augustinho Zucchi, tem que de fato ser travado.

Por isso que eu diria que 98% de seu pronunciamento eu assino embaixo. Nós temos que respeitar o nosso Regimento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Para concluir. Em nenhum momento eu falei que a Base do Governo, ou quem quer que seja, possa desapro-

var o requerimento. Isso faz parte do Parlamento. Se o requerimento, de tamanha importância para a sociedade, for derrubado aqui no Plenário, responda o Plenário para a sociedade.

Agora, democraticamente, é importante que se debata tudo aquilo que o Parlamentar gostaria de ter através da informação, quer seja de um órgão do Governo do Estado, ou quer seja apenas e tão somente um assunto que seja pauta daquilo que possa se discutir no Plenário desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradeço a oportunidade que dá o Deputado Augustinho Zucchi, que com muita clarividência aborda os assuntos.

Para completar, apenas com algumas poucas palavras: exagerou, perdeu a razão. Tanto radicalismo de qualquer das partes, exagerar, perde-se a razão. O equilíbrio e o bom senso sempre nortearam esta Casa e vamos fazer todo o possível para que ele continue norteando as palavras de cada um. Exagerou, perdeu a razão.

Ordem do Dia:

Está encerrada Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 052/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias do dia de hoje (19/03/2007) até a próxima quinta-feira (22/03/2007) por estar fazendo tratamento de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente, subscrito pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 011/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a construção de obras no Colégio Natália Reginato. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 012/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio La Salle. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 013/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio Isabel Lopes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, devidamente apoiada, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Projeto de Lei de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira e do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Discussão/ Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Unidos Libertaremos Vidas, com sede e foro no Município de Paçandu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/07, que autoriza o Poder Executivo doar ao INCRA, o imóvel situado no Município de Manguinhos, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública Estadual o São Francisco Instituto Vida, com

sede e foro no Município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/07, de autoria do Deputado Dobrandino Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação São José, com sede e foro no Município de Matelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que determina a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projeto de Leis)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 021/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, tem como proposta *determinar a cassação da eficácia da inscrição, no Cadastro de Contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.*

Na justificativa o autor diz que *as medidas legais existentes para o combate de tal flagelo são insuficientes e, cada vez mais, os problemas se agravam, colocando em alerta máximo toda sociedade que vê, incrédula, seus jovens perderem-se num caminho muito difícil de retornar, e impõe aos estabelecimentos que descumprirem as regras estabelecidas pela lei, sendo flagradas, vendendo bebidas alcoólicas aos menores e/ou envolverem-se com drogas terão a sua inscrição no CAD/ICMS cassadas e, desta forma, impedindo o seu funcionamento.*

Fundamentação

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Reni Pereira, autor da proposta, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 021/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei n° 021/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, dispõe sobre *a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro do contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.*

O projeto vem com parecer favorável da egrégia Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, a quem compete manifestar-se sobre a legalidade da sua tramitação.

Chamada esta Comissão de Finanças a dar o seu parecer, considerando que não há qualquer princípio que fira os dispositivos de aumentar ou diminuir a despesa pública, e, considerando, ainda, que opinar sobre matéria tributária é prerrogativa desta comissão; somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 023/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Marechal Cândido Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Leis)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 023/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6.994/78, alterada pela Lei n° 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI N° 023/07

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, em especial o artigo 137, parágrafo 4°.

Art 1° Fica declarada de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Toledo.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 079/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Ano do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, a ser comemorado no ano de 2008. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 007/07, de 06/03/07 em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 079/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como objeto a instituição do ano de 2008 como sendo o Ano da Imigração Japonesa no Estado do Paraná, fazendo parte do calendário festivo do Estado.

Constitucionalidade e Legalidade

Em pertinência ao tema trazido à baila pelo presente projeto, é o texto da Constituição Federal vigente:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais ... (grifos nossos)

No âmbito do Estado vejamos:

Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade.

Nessa esteira, não há como negar que o Estado deve, como orientação constitucional, valorizar e desenvolver meios de reconhecer a importância dessas influências culturais. Assim, relevante é incluir o Dia da

Imigração Japonesa no Estado do Paraná como data festiva no calendário oficial do Estado.

Conclusão

Tendo em vista a fundamentação acima exposta, nosso voto é pela aprovação do projeto de lei ora analisado.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 433, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 406, 407, 411 e 439, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 416 e 417, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 418, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 421 e 422, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 423, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 424, 425 e 426, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 428 e 430, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 429, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 431, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 432, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 435 a 438, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 441, de autoria dos Srs. Deputados Elton Welter, Luciana Rafagnin, Professor Luizão, Péricles de Mello e Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 035/07.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 012 e 080/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 021, 023, 071 e 079/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 055/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 006, 007 e 008/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO DE 2007.

“O Decreto”

O Decreto, Protocolo CD 768/77 da Sagrada Congregação para os Sacramentos e o Culto Divino, declara em nome do Papa Paulo VI, Nossa Senhora do Rocio eleita Padroeira do Paraná, junto a Deus.

O protocolo faz-se acompanhar de Breve Apostólico (carta) com data de 30 de junho de 1977, assinada pelo Cardeal João Villot, Secretário de Estado do Vaticano, declarando Nossa Senhora do Rocio Padroeira do Paraná para o presente e futuro, *ad aeternum*.

Dom Bernardo José Nolker, Bispo da Diocese de Paranaguá, onde está o Santuário da Padroeira, entende que o privilégio que o Papa concedeu servirá para intensificar a devoção à Nossa Senhora.

Dom João Francisco Braga, primeiro Arcebispo do Paraná, há mais de cinquenta anos, assim se expressava:

Que a Província Eclesiástica de Maria tenha o seu Santuário, no Santuário Nossa Senhora do Rocio, em Paranaguá.

A data dedicada liturgicamente à Nossa Senhora do Rocio é o dia 15 de novembro.

